



DL-01

Ses. Esp. 05/09/11

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração aos 32 anos de anistia política, proposta pelos deputados Álvaro Gomes, Yulo Oiticica e Roberto Carlos.

Para compor a Mesa, convido os deputados Yulo Oiticica e Roberto Carlos, também proponentes desta sessão; o secretário estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Almiro Sena, representando o governador Jaques Wagner; o deputado federal Emiliano José; a Sr^a Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Sara Mercês, representando o presidente Saul Quadros; o representante da Comissão Nacional de Anistia, Vanda David; o reverendíssimo Sr. Padre José Carlos Souza, representando a Arquidiocese de Salvador; José Carlos Santos Silva; o coordenador do Comitê Baiano pela Verdade e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, Joviniano Neto; o Sr. Representante dos evangélicos progressistas, pastor Celso Dourado. (Palmas)

Para iniciar a nossa sessão, ouviremos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Quero registrar a presença do ex-deputado estadual Zilton Rocha, hoje, conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, ao tempo em que o convido para compor a Mesa.

Registramos também as presenças da deputada Kelly Magalhães e do deputado Rosemberg Pinto.

Assistiremos, neste momento, ao vídeo “30 anos de Anistia”, produzido pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Depois da apresentação desse vídeo interessante e muito bonito, vamos dar continuidade aos trabalhos concedendo a palavra ao deputado Roberto Carlos, um dos proponentes desta sessão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Registro a presença do nobre deputado Gildásio Penedo Filho, que prestigia este evento.



1716-I

Ses. Esp. 05/09/11

Or. Roberto Carlos

Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Roberto Carlos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente deputado Álvaro Gomes; Sr. Deputado Yulo Oiticica, outro proponente desta sessão; Sr. Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Almiro Sena, representando o governador Jaques Wagner; Sr. Deputado Federal Emiliano José, amigo e companheiro; Sr^a Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Sara Mercês, representando o presidente da OAB, Saul Quadros; Sr^a Vanda David, representante da Comissão Nacional da Anistia,; Rvm^o Sr. Padre José Carlos Silva, representando a Arquidiocese de Salvador; Sr. Coordenador do Comitê Baiano pela Verdade e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, meu caro amigo Dr. Joviniano Neto; Sr. Representante dos Evangélicos Progressistas, Sr. Pastor Celso Dourado; Sr. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Zilton Rocha; meus senhores e minhas senhoras, ao assinar, como um dos proponentes, a realização desta importante e histórica sessão, na qual celebramos uma luta que ainda não se encerrou, a luta da anistia, nos posicionamos pela aprovação no Congresso Nacional da Comissão Nacional da Verdade.

Estamos certos de que somos coerentes com a história e a luta do PDT...

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputado Roberto Carlos, desculpe-me por interrompê-lo, mas não poderia deixar de convidar para compor a Mesa essa brilhante figura pública do nosso Estado, Waldir Pires, nosso querido ex-governador da Bahia. (Palmas)

Volto a palavra ao deputado Roberto Carlos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Saúdo o nosso ex-governador Waldir Pires, que também já foi do PDT.

(Lê) “O PDT é um partido que se orgulha de ter entre suas referências básicas, entre seus pais fundadores, muitos dos atingidos pela ditadura militar.

Na nossa galeria, homenageamos Jango - João Goulart -, o único presidente do Brasil a morrer no exílio. A Comissão Nacional de Anistia, cujos 10 anos estamos



comemorando, o reconheceu, em 2009, como anistiado (isto é, vítima da ditadura militar). O certificado de anistiado foi recebido pela sua família no último dia 29 de agosto, no Rio Grande do Sul, nas comemorações dos 32 anos da anistia. Este é um momento em que, no Brasil, livros, revistas e jornais resgatam a figura e a luta de Jango pelas Reformas de Base, que levantou bandeiras como a Reforma Agrária, o crescimento e o fortalecimento dos sindicatos, a defesa do interesse nacional, inclusive pelo fortalecimento do mercado interno, o aumento da participação do povo no mercado e no poder.

Na nossa galeria de pais fundadores, está Leonel Brizola que, com a Campanha da Legalidade, que, agora, comemora 50 anos levantou o Brasil em defesa da posse do eleito pelo povo. É interessante lembrar que, na Campanha da Legalidade, junto a Brizola, se encontrava o jovem Presidente da Juventude Trabalhista, Alexandre Brust que é, hoje, o Presidente do PDT na Bahia. A Ditadura, que o fez sair do Rio Grande do Sul, permitiu que a Bahia contasse com sua dedicação ao trabalhismo. Lembrando de tantos que, pela perseguição, se transferiram de Estado, lembramos o jovem estudante que, escapando da Ditadura, veio para a Bahia, trabalhou como operário, se fez líder sindical e hoje é o Governador da Bahia — JACQUES WAGNER. Muitos foram os exilados. Dentre os que militaram no PDT, lembramos de Francisco Julião que, com as Ligas Camponesas levantou, pioneiramente, a bandeira da Reforma Agrária; Neiva Moreira que, também pioneiramente, organizou os moradores de São Luiz, no Maranhão, na luta pela habitação popular; Darcy Ribeiro que prosseguiu, no exterior, criando universidades e elaborando trabalhos sobre a evolução da civilização e sobre o povo latino-americano e brasileiro. Através dele, homenageamos os milhares de exilados brasileiros.

Lembramos e honramos todos os que, no Brasil, lutaram contra a ditadura e pela redemocratização do Brasil. Os trabalhistas, socialistas, comunistas, democratas, todos que lutaram na Campanha da Anistia, nas Diretas Já, na elaboração da Constituição Cidadã e depois dela, para que o Estado de Direito Democrático possa ter efetiva vigência no nosso país. Lembramos todos os que lutaram pelo Brasil. Uma menção especial ao Joviniano Neto, amigo, professor, sociólogo e consultor do Jornal *A Tarde*, presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, 1978 e presidente atual do Comitê “Tortura Nunca Mais”, orgulho do PDT e da



Bahia. Lembramos os cassados. Através de Virgildásio Senna, Fernando Santana e Waldir Pires, saudamos todos os que tiveram retirados os mandatos que o povo lhes concedeu.

Saudamos os que foram presos e torturados. A Assembleia, hoje, é prestigiada pela presença de muitos deles. Homenageamos a todos, lembrando a história de uma jovem de classe média, idealista que, pela solidariedade aos operários, entrou na luta clandestina contra a ditadura, foi presa, barbaramente torturada, mudou para outro Estado, militou muitos anos no PDT e, hoje, é a Presidente da República - DILMA ROUSSEF.

Saudamos, com respeito, os familiares dos mortos e dos desaparecidos. A dívida do Brasil, a nossa dívida, com eles é especial – eles têm o sagrado direito de reconstruir a história dos seus entes queridos, eles têm direito de enterrar os seus mortos.”

Por tudo isto, a luta pela anistia continua até o presente. Por tudo isto, a Comissão Nacional da Anistia tem feito o importante trabalho de reconhecer, como anistiados, milhares de vítimas da ditadura e de procurar indenizar parte dos danos que sofreram.

O PDT tem como uma das razões da sua existência retomar o fio da história das lutas democráticas e trabalhistas. História que precisa ser conhecida de todos os brasileiros para que nunca se esqueça e nunca mais aconteçam as violações dos direitos humanos que ocorreram de 1946 a 1988, desde a queda do primeiro governo de Getúlio Vargas até a promulgação da Constituição Cidadã.

Por isso, apoiamos a criação da Comissão Nacional da Verdade, proposta pelo governo Lula em maio de 2010 e que agora se encontra no Congresso Nacional.

O projeto define o período de 1946 a 1988 como a época a ser examinada, mas, para nós, seu trabalho deverá concentrar atenção especial no período da ditadura militar, de 1964 a 1985, porque é nele que se concentram as tentativas de esconder a história, manter fechados os arquivos, negar as evidências de assassinatos que foram apresentados como suicídios, atropelamentos e desaparecimentos.

A Comissão Nacional da Verdade terá poderes para requisitar documentos e convocar testemunhas. Será dirigida por pessoas de idoneidade moral comprovada e alto nível de competência profissional, nomeadas pela presidente da República.



Com o apoio de todos nós, cidadãos brasileiros e democratas, a Comissão terá condições de, com objetividade e isenção, fazer um relato do que realmente aconteceu naquele período da história.

'Identidade Nacional se faz com Memória', afirma, com razão, a faixa do Comitê Baiano pela Verdade. A memória e a identidade do povo brasileiro dependem do conhecimento da verdade.

Para concluir a anistia, pela memória, pela verdade o PDT está aqui.”

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



1717-I

Ses. Esp. 05/09/11

Or. Yulo Oiticica

Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao nobre deputado Yulo Oiticica, um dos proponentes da presente sessão especial.

Não vamos aqui limitar o tempo para a fala. Mas solicitamos aos oradores que resumam o máximo que puderem, por uma questão até de haver muitos inscritos e para que todos possam fazer uso da palavra, porque temos sessão ordinária hoje à tarde e não podemos ultrapassar o horário dela. Então temos de ter um certo cuidado para que se permita a fala de todos, porém sem prejuízo da próxima sessão. Portanto, é apenas uma observação e sem limitação de tempo, porque todos os oradores são valiosos e importantíssimos para enriquecer esta sessão especial da anistia.

Com a palavra o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Agradeço ao deputado Álvaro Gomes quando me pede para ser breve porque, sem dúvida, quero muito ouvir todos os que estão nessa Mesa. E o saúdo como presidente desta sessão. Quero saudar também o deputado Roberto Carlos, o nosso ex-companheiro professor que tanta falta faz a esta Casa, Zilton Rocha, o nosso secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Almiro Sena, representando aqui o nosso governador, e nosso brilhante colega que tão bem nos representa no Congresso Nacional, o deputado federal Emiliano José. Disse-lhe que, este final de semana o que eu não lia, que era dele, falava dele, porque é inevitável não falar da história recente, do tempo cinzento desse país sem lembrar, sem ouvir, sem ler o nosso querido Emiliano José, que nos empresta a sua intelectualidade, quando escreve tão bem sobre aquele tempo que tantos ainda têm medo de escrever ou de falar a verdade; saudar a nossa companheira, Dr^a Sara, representando aqui a Ordem dos Advogados do Brasil; Vanda, representante da Comissão Nacional da Anistia; saudar o Reverendíssimo Sr. Padre José Carlos, companheiro, amigo; também o coordenador do Comitê Baiano pela Verdade, Presidente do Comitê, Joviniano Neto, nosso professor valoroso militante, contemporâneo dos direitos humanos, não só de



ontem; Pastor Celso Dourado, que tão bem representa essa luta na Academia e na luta pelos direitos sociais, pelos direitos humanos; saudar, por último, mas, sem dúvida, um dos companheiros mais importantes de ontem e de hoje, e que ainda tem uma primavera longa pela frente, que é o nosso companheiro Waldir Pires, que costuma dizer que está no outono, certamente porque dá muito fruto, mas é inevitável não ver um verão de sol intenso e uma primavera de muitas flores no seu testemunho, no meio de nós, Waldir, é muito bom tê-lo aqui.

Companheiros e companheiras, vou ser muito breve. Felizmente, 1º de abril de 64 está longe de ser uma piada, mas foi o início de um terrorismo de Direita que, infelizmente, significou, a partir dali, uma das histórias mais brutais desse país. Se ontem a palavra de ordem era “Anistia Já”, anistia ampla, geral e irrestrita, a palavra de ordem hoje deve ser: “Por que o medo de contar a verdade?”. Alguns dizem, e a gente ouve isso, e lê, normalmente, que a ditadura da Argentina foi muito brutal, violenta, severa. E a ditadura do Brasil, se não tiveram nem coragem de contar, verdadeiramente, como é que foi? Onde é que está a verdadeira história da ditadura?

E aí, Pery, outro dia, conversando com um companheiro igual a você - e quero, em seu nome, saudar todos os sobreviventes da tortura nesse País - e outro dia eu falava de um filme que está sendo lançado e ele dizia: “Estou curioso para assistir, mas ainda não tenho coragem”. Para aqueles que sofreram uma história tão recente, a história vivida todas as noites, a história vivida todos os dias, se para esses é tão recente, para aqueles que torturaram também é muito recente. E o medo de contar a verdadeira história, para dizer, inclusive, em que grau de violência foi a ditadura nesse País, envergonha a todos nós.

A presidenta Dilma Rousseff, na abertura do IV Congresso do PT, na sexta-feira à noite, reafirmou que a Comissão da Verdade sairá. Se a presidenta diz isso, e nos alegra, eu não tenho dúvida que essa posição é verdadeira, nós temos o presidente do Senado, que esse não nos orgulha nem um pouco, e o relator Fernando Collor, que também não nos orgulha nem um pouco, que faz o duelo, hoje, no Senado, com o nosso senador Walter Pinheiro. Porque é lamentável que, ainda, esses que nos envergonham pela história contemporânea, ainda de forma, me perdoe, cínica, Waldir Pires, proponham o sigilo eterno. Isso é uma



vergonha, isso é lamentável, que esses não tenham a coragem de pagar essa dívida com a juventude de hoje, com a juventude de amanhã, que precisa conhecer a história desse País.

11 de setembro acabou de fazer 10 anos, e tem um galpão gigantesco nos Estados Unidos onde tem destroços do prédio, da torre, do avião, etc, e estão mandando um pedaço daquele brutal atentado terrorista para todos os cantos, escolas, museus, etc, etc, para que ninguém esqueça aquele brutal atentado terrorista que ceifou tantas vidas.

E aqui se coloca embaixo do tapete, a história, porque se tem medo de lembrar. E aí eu pergunto: será que o medo de lembrar é pelo desejo de repetir? Porque não tem, na boca de ninguém que está aqui, e ninguém que está nessa luta, o gosto de vingança que nos move, é a certeza de que é preciso contar a história real. Portanto, é preciso fazer justiça.

Nosso secretário Almiro Sena costuma lembrar um provérbio africano que diz que “Enquanto os leões não tiverem os seus historiadores, os que contarão a história da caça serão sempre aqueles que têm o fuzil na mão.”. Precisamos, portanto, ter a história verdadeira contada neste País. A reparação monetária, a reparação moral são importantes, mas a maior reparação é a verdadeira história dos heróis e das heroínas deste País.

Ontem, vivíamos a Primavera de luto, a liberdade acorrentada; hoje podemos respirar liberdade, podemos construir um grande debate democrático no campo das ideias graças a esses que não se acovardaram diante da brutal violência que foi a Ditadura Militar neste País. Não podemos permitir, Peri, que essa história deixe de ser contada. Precisamos exigir deste País, do Estado brasileiro... Infelizmente, Emiliano José, a maior corte da Justiça brasileira envergonha-nos diante da comunidade internacional quando diz que a Anistia tem que ser também para os assassinos, para os torturadores. É lamentável que hoje o Brasil seja punido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos exatamente porque não tem coragem de contar a história tão recente deste País. É lamentável que mesmo respirando os ares da democracia hoje neste País, não tenhamos a coragem de contar a história verdadeira.

Portanto, esta sessão é mais um dos muitos momentos que acontecem neste País para que possamos pagar a dívida às gerações do presente e do futuro. Não tenho nenhuma dúvida de que os gestos concretos são fundamentais. Nesse sentido, quero apelar para todas as instituições que estão nessa Mesa para que pressionem este Poder, ou através de indicação,



a aprovarmos um projeto em curso nesta Casa que institui, já que nesta Casa não o tem, Waldir Pires, um prêmio com o nome de Ana Montenegro a todos aqueles que se destacam na luta, Sara, pelos direitos humanos. (Palmas) Esta Casa ainda não aprovou o projeto, e esta também é uma forma de fazer justiça aos heróis que construíram verdadeiramente a luta que levou à democracia que vivemos neste País. Assim como, Almiro Sena, que representa aqui o governador, esse brilhante material que foi produzido pela Comissão da Verdade, pela Comissão da Anistia, que é o direito à memória e à verdade, um amplo e belíssimo documento que conta a história de todos os companheiros e companheiras que lutaram para construir a democracia.

É preciso dizer em alto e em bom tom que a democracia que vivemos hoje foi muito cara. Foi muito cara. E o sangue, a dor, a história desses é preciso ser contada, assim como o nosso querido Dom Luís Cappio e todos da Diocese de Barra construíram a Romaria dos Mártires que agora fará 10 anos, onde foi assassinado Zequinha, onde foi assassinado Lamarca. O nosso companheiro Waldir Pires esteve lá na primeira romaria. É preciso, secretário Almiro, que o Governo do Estado edite esse livro, que a Secretaria edite esse livro para que todas as escolas, todas as instituições, todas as igrejas, todos os movimentos sociais possam verdadeiramente ter esse documento tão importante, porque é preciso sim que os leões tenham os seus historiadores.

Podemos e devemos pagar a dívida que temos com esses que foram torturados, além de tantos aqui no meio de nós sobreviventes, e tantos que foram assassinados, e tantos aqueles que choram todos os dias a ausência dos seus entes queridos. Essa é a nossa forma de continuar essa luta e verdadeiramente assumir com muita coragem e muita determinação a herança que esses deixaram para nós. Se nos deixaram a boa herança dos ventos livres e democráticos, também nos deixaram a herança de contar a verdadeira história.

Portanto, de forma ampla, geral e irrestrita, contem com a Bancada do Partido dos Trabalhadores, do qual sou Líder. Nossa companheira Maria del Carmen, nosso companheiro Rosemberg Contem com a nossa Bancada de 14 deputados para, verdadeiramente relatar a história e pagar a dívida com tantos que se foram e com tantos que ainda estão aqui.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Por último, quero dizer do meu respeito a todos, minha admiração e minha dedicação para que verdadeiramente um dia os meus filhos e os meus netos tenham a oportunidade de conhecer a verdadeira história dos seus heróis e da suas heroínas.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1718-I

Ses. Esp. 05/09/11

Or. Álvaro Gomes

Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Solicito ao nobre deputado Yulo Oiticica para que assuma a Presidência para que eu possa fazer uma breve colocação, um breve pronunciamento. Já que recomendei, tenho que ser breve.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Yulo Oiticica, conhecido pela sua militância no Movimento dos Direitos Humanos e um dos proponentes desta sessão, companheiro Roberto Carlos, colega, militante e também um dos proponentes desta sessão; Sr. Secretário da Justiça, Almiro Sena, que representa o governador Jaques Wagner; nosso companheiro de luta, ex-deputado estadual, hoje deputado federal, Emiliano José, um dos mais conhecidos por sua luta na batalha pelos direitos humanos; Sara Mercês, presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, representando o presidente da OAB; Vanda Davi, representando o presidente da Comissão Nacional da Anistia; Pe. José Carlos, representando a Arquidiocese de Salvador; Joviniano Neto, figura histórica, presidente do grupo Tortura Nunca Mais e coordenador Comitê Baiano pela Verdade; Pastor Celso Dourado, representando os evangélicos progressistas; Zilton Rocha, ex-deputado, companheiro nosso, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; governador Waldir Pires, ex-governador, mas sempre governador, figura conhecida, histórica do nosso Estado e do Brasil. Portanto, queria saudar a Mesa e o Plenário composto por militantes, lutadores pelos direitos humanos, pela construção de uma sociedade nova.

Saúdo os deputados Rosemberg, Maria del Carmen, o deputado Gildásio Penedo que esteve aqui conosco, a nossa camarada Kelly. Vemos ali o Messias, histórico militante; o Gavazza, etc. Não dá para falar o nome de todo mundo senão não vai dar para fazer o nosso pronunciamento rapidinho.

Primeiro, queria dizer que esse evento na Assembleia Legislativa é muito importante. A Assembleia Legislativa precisa estar cada vez mais afinada com os setores democráticos e populares na construção de uma sociedade nova.



A luta pela anistia é uma luta de grande importância e foi conquistada com muita mobilização, com muita organização, em 79. São 32 anos de conquistas, de batalhas. Mas a anistia não foi uma dádiva, foi uma conquista, uma luta. Muitos tiveram que se sacrificar. E temos aqui o próprio informativo do Comitê Baiano pela Verdade, que no seu primeiro parágrafo coloca que aos 21 anos da ditadura militar foram cerca de 500 mil pessoas perseguidas, 60 mil presas, 30 mil torturadas, 10 mil exiladas e aproximadamente 400 assassinatos e desaparecimentos políticos em nosso País. Isso a partir de 1964, segundo o informativo do Comitê Baiano pela Verdade. Então, para se conquistar a anistia houve muita luta, muita mobilização, mas é preciso ir além da anistia que nós conquistamos, é preciso ir além do que nós conseguimos porque não podemos aceitar que torturadores, que assassinos fiquem impunes sob o argumento de que a anistia é para os dois lados. Não se pode admitir que continue essa situação.

Portanto, é importante inclusive realçar a própria posição da OEA, que condenou o Brasil por não punir os responsáveis pelas mortes de 62 guerrilheiros do Araguaia e militantes do PCdoB. A própria OEA já tomou um posicionamento por solicitação e também dentro de uma luta geral do Ministério Público Federal, da OAB, de entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, da anistia internacional que condena essa ideia de perpetuar a impunidade a torturadores e assassinos ligados à ditadura militar. É importante irmos além até para a consolidação do estado democrático de direito.

Nesse contexto se coloca a questão da comissão da verdade, que precisa ser aprovada urgentemente, nacionalmente. Esse projeto de lei que foi apresentado em 2010 ainda não foi aprovado, mas precisa urgentemente ser aprovado. E não é por outro motivo que se criam as mobilizações em todos os estados. Aqui na Bahia, o próprio comitê baiano pela verdade tem esse objetivo de buscar construir a verdade, a aprovação desse projeto. E nós temos aqui também a necessidade de implementar a comissão da verdade. Nós sugerimos que o governador Jaques Wagner envie a esta Casa parlamentar também a comissão da verdade no âmbito estadual, é importante também estabelecer a comissão da verdade no âmbito estadual. É uma sugestão que nós enviamos ao governador Jaques Wagner como uma



indicação aqui da Assembleia Legislativa, para que possamos efetivamente dar prosseguimento a esse processo.

Quando se fala na questão da comissão da verdade, fala-se em resgatar os verdadeiros direitos humanos. Nós precisamos construir a história de forma verdadeira para que sirva de exemplo e que nós possamos dar continuidade ao processo democrático. A comissão da verdade não se trata de revanchismo, trata-se apenas de estabelecer a verdade histórica, de buscar corrigir erros absurdos, e o governo vem fazendo esse esforço. Quando o governo estabelece a comissão nacional da anistia, que tem como objetivo corrigir erros, falhas do Estado brasileiro, reconhecendo as perseguições, os crimes cometidos em que o próprio Estado pede desculpa àqueles que foram perseguidos, é um passo importante para a consolidação da democracia em nosso País, em nosso Estado.

Portanto, quero dizer que esta sessão especial é muito rica e importante. Nós temos aqui personalidades que vão falar sobre essa questão da anistia com mais propriedade do que nós, porque ainda alcançamos a ditadura militar, ainda vivemos a clandestinidade, vivemos as nossas reuniões escondidas com outro nome, com apelidos, para não sermos perseguidos. Mas esta Mesa está repleta de pessoas que efetivamente foram torturadas. Nós somos mais novos; chegamos já no finalzinho; alcançamos ainda um pouco da ditadura. Aqui no Plenário, há aqueles que, efetivamente, viveram com mais intensidade esse processo de luta, perseguição e tortura. Eles estão aqui para prestar o seu depoimento.

Portanto, quero dizer que a luta tem de continuar. Conquistamos a anistia de forma parcial, mas precisamos completar a anistia com a Comissão da Verdade, a fim de estabelecer a consolidação do Estado de Direito e com a luta permanente e constante pela construção de uma sociedade em que os direitos humanos sejam respeitados e onde possamos viver com dignidade.

Um grande abraço a todos vocês e vamos continuar esta luta até à vitória final.

(Não foi revisto pelo orador.)



1719-I

Ses. Esp. 05/09/11

Or. Vanda David

Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido para fazer uso da palavra a Drª Vanda David, representando a Comissão Nacional de Anistia. (Palmas)

A Srª VANDA DAVID:- Meus cumprimentos aos membros da Mesa e a todos os presentes. Para mim, é uma alegria muito grande estar aqui representando a Comissão de Anistia em nome de Paulo Abraão Pires Júnior, que é a pessoa que está à frente da comissão desde 2007 e que tem tido um interesse muito grande de avançar na questão da Comissão da Verdade e também de uma discussão mais voltada para a educação de direitos humanos.

A Comissão de Anistia dá assessoria direta ao ministro da Justiça. Foi criada em 2001, e é uma alegria vir comemorar com vocês aqui esses dez anos.

Quero aqui também fazer uma homenagem a Ana Guedes, que é uma pessoa daqui da Bahia que muito tem contribuído na Comissão de Anistia para análise dos processos. Trabalhamos com a Lei nº 10.559/2002 e ela vem regulamentar o art. 8º da DCT.

Gostaria de trazer alguns dados sobre quantos processos já ingressaram na comissão, porque, na verdade, não há uma data ainda prevista para parar de ingressar com processos, pois, a cada dia, com as caravanas, com o trabalho da comissão, mais pessoas têm vontade e interesse de entrar com o seu requerimento.

Essa lei traz, para nós, a forma de reparar as pessoas que sofreram nesse período de 1946 até 1988. E desde a criação dessa lei foram 69.682 processos que tivemos na comissão. E desses, foram julgados 58.885 em turma, e em plenário, 2.303. Na verdade, muitas pessoas entram com o requerimento de anistia alegando a perseguição política. Mas, muitas vezes, ela não consegue provar. Daí essa luta toda para abertura dos arquivos para que mais pessoas sejam contempladas para conseguir confirmar aquela história que ela traz contando no seu requerimento.

Quando cheguei aqui com a camiseta que o pessoal fez “Virar a ditadura pelo avesso”, pensei: virar a ditadura pelo avesso começa com dar ciência a toda a sociedade



brasileira da história contada pelos próprios anistiados. Acho que começa por aí. Nós, da comissão, temos o privilégio de ouvir essas histórias.

Como há muitas pessoas para falar, quero dizer da satisfação de estar aqui, comemorando com vocês, e que, além da função precípua de julgar, analisar os processos para dar suporte ao ministro da Justiça, a Comissão de Anistia tem três projetos muito importantes para o fortalecimento da democracia brasileira: as Caravanas da Anistia, já fizemos 50 no Brasil todo, julgando os processos na localidade onde o perseguido sofreu todas as agruras praticadas pelo Estado; o projeto Marcas da Memória, em parceria com a sociedade civil brasileira para reparações coletivas, que também tem dado frutos importantíssimos.

Estamos na segunda chamada. Na primeira chamada foi produzido um filme muito simples, mas de uma sensibilidade impressionante, que foi exibido pela primeira vez em Brasília na semana passada. Tivemos a oportunidade de contar com várias anistiadas que, ali, deram os seus depoimentos, o que foi de uma sensibilidade ímpar também. São vários outros projetos dentro do Marcas da Memória.

Também há o Memorial da Anistia, que está sendo construído em Belo Horizonte, Minas Gerais, para abrigar todos os requerimentos, toda as histórias contadas por quem sofreu na pele os problemas pelos quais passamos.

Hoje fico feliz de encontrar aqui tanta gente com quem conversei no início e que continuam essa luta, já pensando em outros projetos, para contar a verdadeira história.

Muito obrigada a todos.

(Não foi revisto pela oradora.)



1720-I

Ses. Esp. 05/09/11

Or. Ametista Nunes

Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Registro as presenças da deputada Maria del Carmen e do deputado Aderbal Fulco Caldas; do Comitê Baiano pela Verdade; da União Brasileira de Mulheres; do vereador Euzébio Araújo, de Chorrochó; de Reginaldo Sacramento, presidente da Federação Baiana de Esporte Escolar.

Convido a Sr^a Ametista Nunes para recitar uma poesia, que se chama: “Ode a um País Produtor de Carnavais”.

A Sr^a AMETISTA NUNES:- Bom-dia.

O poema que recitarei, “Ode a um País Produtor de Carnavais”, foi feito por Haroldo Nunes, meu irmão, quando voltou do exílio em 1975, e que se suicidou.

*Eu venho de terras longínquas
onde a liberdade se cala em cada esquina
em cada canto
em cada bar
e onde a opressão se faz em cada peito
em cada passo
em cada NÃO.*

*Eu venho de terras longínquas
tropical banana
onde os pássaros já não
cantam mais
onde
só com metralhadoras
e baionetas é que se faz música,
e só com cachaça e carnaval
se suporta a vida*



*Venho pois de muito longe
da América Latina
onde em cada peito da mulher
do povo há sempre
um marginal ou um louco
um poeta ou um exilado
um jogador de futebol
e um general bêbado
Eu venho pois
de terras estranhas
onde
com a mesma melancolia
que se olha os mendigos
(e são tantos os mendigos
do meu país)
se olha os negros bascos
que se vão uma vez mais
levando
o suor, o trabalho
e a alma do meu povo
Eu venho pois
de um país triste
onde as cores verde-amarelo
foram prostituídas
por cores de gente mais
longínqua ainda
onde as estrelas de sua bandeira
representam
a corrente*



*e o sangue
de um povo
de um destino
de um silêncio.”*

(palmas)

Muito obrigada. Para abusar, recitarei o poema Brasil:

*“Brasil, terra onde nasci
Brasil, terra onde cresci
Brasil, terra onde aprendi a ter muito ódio
a ter grande ódio
a ter imenso ódio
do soldado que sente a mesma dor
a ter muito medo
a ter grande medo
a ter imenso medo
das botas que pisam comigo no mesmo chão.”*

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)



1721-I

Ses. Esp. 05/09/11

Or. Joviniano Neto

Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Aproveito o tom poético para ouvirmos a música “O Bêbado e a Equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc, na voz de Elis Regina. Essa belíssima canção virou o hino da anistia.

Antes, então, dos próximos oradores, vamos ouvir essa música para dar um tom mais poético.

(Execução de música)

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a Joviniano Neto, presidente do grupo Tortura Nunca Mais.

O Sr. JOVINIANO NETO:- Exmo. Sr. Deputado Álvaro Gomes, presidente desta sessão, através do qual saudamos todos os deputados, representantes do povo brasileiro, a começar pelos presentes Gildásio Penedo, Rosemberg Pinto, a jovem Kelly Magalhães, Aderbal Caldas, o sempre deputado Zilton Rocha e Maria del Carmen, nossa companheira em épocas muito difíceis. Trazemos, inicialmente, um agradecimento especial aos deputados que propuseram esta sessão: Álvaro Gomes, do PCdoB; Roberto Carlos, do PDT e Yulo Oiticica do PT.

A celebração da anistia e a defesa da aprovação da Comissão Nacional da Verdade é uma ação suprapartidária. Esperamos que deputados de todos os partidos as apoiem. Mas, a iniciativa desses 3 conhecidos defensores dos direitos humanos, nos permite destacar um fato de grande simbolismo: PCdoB, PDT e PT são partidos cuja imagem pública está indissolúvelmente associada a vítimas e adversários da Ditadura Militar: João Amazonas e Haroldo Lima, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, Lula e Dilma Rousseff.

Saudamos também Emiliano José que continua sempre lutando, mas a quem, além disso, o Brasil deve uma grande contribuição na reconstituição e na documentação da história da Ditadura Militar. Saudamos o Exmº. Dr. Almiro Sena, secretário da Justiça Cidadania e



Direitos Humanos, através do qual reconhecemos o esforço do governo do Estado para estimular a cidadania e a paz social, sabendo que a paz é fruto da justiça e a justiça depende do reconhecimento da verdade.

Saudamos Waldir Pires, o mais destacado dos baianos cassados e exilados, ministro de Jango e de Lula, que, em sua vida, personifica a continuidade e a coerência de um projeto nacional com independência e inclusão social. Saudamos o pastor Celso Dourado, nosso companheiro de muitas lutas, pela anistia, pelos direitos humanos, o qual, dentre tantas outras coisas, viabilizou a abertura do 2º Congresso Nacional da Anistia, enfrentando violentas pressões. Saudamos padre Zé Carlos, o representante da Arquidiocese de Salvador.

Celebrar a luta pela anistia é, também, lembrar o apoio de religiosos católicos e evangélicos, a exemplo de Dom Avelar Brandão Vilela, Dom Timóteo, padre Cláudio Perani. E para falar dos dois, felizmente ainda entre nós, pastor Celso Dourado e padre Renso Rossi - cujo carinho, aliás, até hoje, aquece o coração dos ex-presos políticos. Continuar a luta é também reconhecer a presença, hoje, da Ação Social Arquidiocesana e da Coordenadoria Ecumênica de Serviço, organizações de ação social e ecumênica que participam da coordenação do Comitê Baiano pela Verdade.

O cristianismo é parte da identidade cultural do povo brasileiro. Na Bíblia podemos retirar inspirações para a luta do Comitê Baiano pela Verdade. Do Novo testamento, a percepção de que o encontro com a verdade liberta. Do Velho Testamento, um provérbio que pode ser lema do Comitê Baiano pela Verdade: "Quem diz a verdade manifesta a justiça" (Provérbio, 12,17). (Palmas)

Tendo, na saudação à Mesa, lembrado a amplitude e o sentido da luta, devemos ainda fazer um agradecimento a Coordenação e aos membros do CBV que nos escolheram para representá-los. O CBV, na sua Coordenação e entre as dezenas de entidades e pessoas que dele participam e apoiam, é uma nova frente que, em 2011, lembra e atualiza a frente que se constituiu em 1978 para a grande luta pela anistia. Na sua Coordenação estão a ASA e a CESE da qual já falamos, a Ordem dos Advogados do Brasil, como sempre a trincheira pelos direitos e contra o arbítrio; o Centro de Estudos Victor Mayer, que reúne antigos militantes da antiga POLOP - Política Operária, demonstrando que o marxismo tem importante



contribuição a dar para a análise e a mudança social. Na Coordenação está finalmente o Grupo Tortura Nunca Mais que nós presidimos.

O Grupo Tortura Nunca Mais continua o Comitê Brasileiro da Anistia, que foi uma frente que reunia militantes do PCdoB, PCB, PCBR, autênticos do MDB, religiosos progressistas, defensores dos direitos humanos, ex-presos e familiares de mortos e desaparecidos. O Grupo Tortura Nunca Mais é, hoje, suprapartidário. Conta e espera contar sempre mais, com pessoas de várias posições, mas pela verdade, destacamos o papel que nele desempenham os companheiros do PCdoB. Não somos do partido, não elogiamos em causa própria. A existência e o trabalho do GTNM, até então tem, majoritariamente, se apoiado na combatividade e dedicação dos militantes do PCdoB. Duas ex-presidentes são símbolos destes militantes: Ana Guedes — a baiana na Comissão Nacional da Anistia; Diva Santana — a baiana na Comissão Nacional dos Mortos e Desaparecidos. O projeto que cria a Comissão Nacional da Verdade prevê o imprescindível apoio destas comissões. Esta Mesa e este Plenário mostram que reunimos no Comitê Baiano pela Verdade e nesta sessão petistas, trabalhistas, comunistas, democratas, crentes e sem convicções religiosas. Juntos, para continuar a luta pela Anistia, apoiar o trabalho da Comissão Nacional da Anistia e lutar pela Comissão Nacional da Verdade.

Qual o nosso sentimento neste momento? De um lado é de angústia e indignação. De outro, de satisfação e determinação. Celebramos 32 anos de uma luta que não termina. A Anistia de 1979 foi a mais demorada de ser concedida e até hoje tem pendências.

Antes dela tivemos 90 anistias e indultos políticos no Brasil. A de 79 foi diferente. Não pretendeu que os derrotados recuperassem seus direitos e se reintegrassem plenamente à vida normal. No início, Figueiredo queria apenas revisão das cassações. Arrancamos, em 79, uma anistia mais ampla, mas incompleta. Continuamos arrancando e ampliando a Anistia. Por isso, a anistia de 79 não significou esquecimento, mas memória e julgamento político da Ditadura.

Em novembro de 79, presidimos o segundo Congresso Nacional da Anistia, que rejeitou a Anistia de Figueiredo e deliberou continuar a luta. Nesse congresso foi lançado o 'Manifesto dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos na Guerra do Araguaia', que cobrava



esclarecimento do destino dos militantes. Diva Santana não está hoje aqui . Está no Araguaia em mais uma missão buscando localizar os corpos dos guerrilheiros. A anistia de 79 , para os parentes dos desaparecidos, que ainda tinham esperança, trouxe a consciência de que eles não voltariam. Até hoje, querem esclarecer suas mortes e os destinos de seus corpos. Os responsáveis pela tortura continuam impunes e oficialmente desconhecidos. A maioria do Supremo Tribunal Federal afirmou que a Anistia de 79 resultou de amplo acordo e perdão recíproco. Mentira! O projeto de Figueiredo passou no Congresso por 6 votos. Menos de 3 meses depois , o segundo Congresso Nacional da Anistia repudiou aquela anistia limitada.

Os arquivos da repressão se abrem lentamente, ou não se abrem. O ex-ministro da Defesa, Parlapatão, diz que os arquivos foram consumidos, sem dizer quando nem por ordem de quem. Sim! Há motivos para angústia e indignação! Mas há motivo de SATISFAÇÃO.

1- Estamos aqui determinados a que nunca se esqueça e nunca mais aconteça; 2- O Brasil mudou, avançou – e nós contribuímos para isso; 3- A Comissão Nacional da Verdade é, hoje, meio de dar mais um passo para democratização, para construção da Identidade Nacional baseada na MEMÓRIA E VERDADE. Prevê o esclarecimento das torturas, mortes, desaparecimentos forçados e identificação dos seus autores. Prevê a identificação e a divulgação dos locais, estruturas e instituições onde se violaram os direitos humanos. Proporá políticas para se promover efetiva reconciliação nacional. A efetiva reconciliação não é individual, não é do torturado com o torturador, é das instituições e do povo brasileiro com a sua verdadeira história. E não pode haver reconciliação com base na mentira e no recalque.

A nós nos anima saber que a Comissão Nacional da Verdade terá poderes para desempenhar suas funções, terá estrutura para o seu trabalho, para seu efetivo funcionamento. O mais importante - porque esta é a nossa tarefa - terá, pois nós faremos isto acontecer: o apoio da sociedade brasileira.

Aqui proclamamos nosso compromisso. Para passar o Brasil a limpo, vamos virar a ditadura pelo avesso.” (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



1722-I

Ses. Esp. 05/09/11

Or. Zilton Rocha

Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Quero anunciar a presença de Reub Celestino, presidente da Ebal.

Concedo a palavra ao ex-deputado estadual Zilton Rocha, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. ZILTON ROCHA:- Sr. Presidente desta sessão, deputado Álvaro Gomes, e demais autores da proposta - sei que os demais aprovaram, concordando com ela -, quero cumprimentar a Mesa na figura duma mulher, Sara. Ela é da minha idade, nasceu no mesmo dia em que eu. E no nosso outro extremo, o nosso outro extremo, o nosso governador Waldir Pires. Para ganhar tempo, gostaria que todos se sentissem cumprimentados, senhoras e senhores.

Estou no rol daqueles que têm idade para ter vivido o momento do golpe. Não tinha um envolvimento ainda tão grande, mas no dia 31 de março já estava trabalhando numa cidade que poderia ser o palco das lutas, entre Juiz de Fora e o Rio de Janeiro: Três Rios. Ainda não estava com a carteira assinada, e já estava trabalhando. Ela só foi assinada em maio. Eu cheguei em fevereiro à cidade de Três Rios para trabalhar numa fábrica de vagões chamada Santa Matilde.

E acompanhei, tive o tacão da ditadura várias vezes sobre minha cabeça. Fui diretor de um colégio em Nova Canaã, onde estudei. De vez em quando tinha notícias - através de alunos que ouviram em casa - de que policiais estiveram rondando, tomando informações. Porém felizmente não passei pelo que sei que muitos que estão aqui passaram para que nós pudéssemos hoje falar disso.

Vou tentar ser rápido para ver se vejo um bocado de coisa. Quase todo mundo que está aqui nesta sessão conhece essa história. Temos de dialogar com os que estão lá fora, de alguma forma. Uma das primeiras coisas que quero dizer para quem não sabe é que acho que o reverendo Celso foi importantíssimo num momento em que não havia lugar para receber os



exilados, pois o Colégio 2 de Julho, sob sua direção, abriu as portas. Vi muitos dos alunos, quando viram Prestes, dizerem: “É este aquele que a gente ouviu falar?” “Você está pegando a história com a mão, meu amigo! É Prestes mesmo!” E tantos outros! Aqueles abraços de Diógenes, de Arruda com os outros, cada um vindo dum País, num dos momentos assim mais emocionantes!

Como também, no momento em que foi proibido um ato no Campo Grande, o Colégio 2 de Julho cedeu o seu espaço do campo para que ele ocorresse. Foi 1979 o ano em que eu chegava a Salvador. Pessoas que até já apareceram no vídeo, D. Paulo Evaristo Arns, o reverendo Jaime Wright, outro ícone dessa história toda de apoio, do suporte moral, do apoio político, de condições para que aqueles que reagiam sofressem menos.

É importante frisar que Emiliano, por exemplo, tem uma responsabilidade - e até já disse isso em seus textos – referente a quem tem o dom da palavra escrita, os que têm capacidade de transferir para o papel, o computador a história. E ele não tem renunciado a ela.

Lembro-me, Álvaro, Yulo e todos aqui, de que, quando o Emiliano fez a primeira crônica do Mar Cinzento, contou como o coronel Luiz Arthur o prendeu. Eu já estava aqui na Assembleia e fiz uma carta para a Bancada do PT na Câmara dizendo que aquele artigo deveria ser impresso, distribuído na rua que se chama Coronel Luiz Arthur, na Pituba. Isso visando chamar os moradores de vários prédios, pois deve ter sempre gente disposta a isso, para que a mudança do nome dela não partisse de um vereador, e sim deles próprios, para retirarem os nomes de torturadores das nossas ruas, praças e escolas. (Palmas!) É uma necessidade também histórica.

Fiz aqui - e está nesta Casa ainda -, meus caros companheiros deputados e aqueles outros com quem não tive a chance de conviver, um projeto propondo que, em vez de ser o secretário da Educação, o governador ou quem quer que seja, quem deveria mudar o nome dessas escolas seriam os alunos, os pais deles, professores e funcionários.

Tenho nesta Assembleia um projeto para se fazer um plebiscito em cada escola para que se mantenha ou retire o nome, mas isso numa deliberação da própria comunidade escolar. Pegar, por exemplo, os Colégios Garrastazu Médici, Castelo Branco, Costa e Silva e



outros e mandar os alunos.... Porque inclusive é uma chance que lhes daríamos de saber dessas coisas fazendo debates, chamando pais, alunos, representantes e depois submeter ao plebiscito as propostas para retirar, se for o caso, e substituir com o nome de quem eles gostariam que nós honrássemos as escolas.

Essas coisas são simbólicas. Precisamos fazer aflorar esses que foram vítimas disso para que este País seja o que é hoje. Se ainda não temos a democracia no sentido em que Waldir Pires tanto insiste, o da justiça e oportunidade para todos, pelo menos que tenhamos uma democracia formal para que possamos falar, expressar, contar isso.

Agora, se me emociona assistir a um filme desses sobre coisas que felizmente não cheguei a passar, apesar de ter aquele tação próximo, imagino o que não passa nas mentes e nos sentimentos de Peri, Carlos Valadares, Sarno, Emiliano, Waldir Pires e dos que foram exilados, torturados, Zanetti, etc.! Que turbilhão de sentimentos passa por essas cabeças ao verem o retorno para um cárcere ou reverem um sonho, etc.!

Então precisamos fazer isto: não deixar arrefecer, não deixar essa coisa cair no esquecimento. Aliás, tem-se feito com certa propriedade. Esse pedido público de desculpas a uma mãe, por exemplo, é uma forma de dizer às novas gerações coisas desse tipo. O Estado brasileiro patrocinou essa situação. É uma coisa muito simples.

Estava em 1985 em Recife, quando eles estavam mostrando uma peça chamada, se não me engano, *O Calvário de Frei Caneca*. Só que o palco eram as ruas daquela cidade. Em cada igreja, cada púlpito, cada tribuna onde ele fez aqueles discursos todo mundo acompanhava seguindo. Uma coisa simples que me emocionou foi quando alguém ao microfone disse: “Quem é de fora siga a polícia, que eles estão com uma lanterna, como se fossem aquelas coisas com celofane colorido, a polícia é para isso, ele dizia, para ajudar as pessoas, para orientá-las. E quando aquilo me vinha à mente, Emiliano, a tortura, as pessoas sofrendo, eu dizia: que coisa estúpida para uma nação as pessoas terem sido torturadas. E a polícia tem um papel? Tem, é orientar, siga porque a polícia está aí para isso, e você assistindo aquilo.

Um outro momento que me emocionou foi no dia que Tancredo Neves deu a primeira entrevista coletiva. Quer dizer, esses filmes me vinham à cabeça. Geisel, para dizer



uma besteira que estava pensando na anistia, foi lá no Japão. Tancredo disse: “ *não, rapaz, estou aqui, pode perguntar*”.

Estamos agora diante de pessoas que podem dizer o que pretendem daqui a pouco. Pena que aqui não esteja cheio de lideranças estudantis, dos diretórios, dos DAs, dos grêmios estudantis. Mas temos que arranjar formas para que essas coisas cheguem até eles. Uma nação não se faz sem identidade; uma nação não se faz sem memória; uma nação não se faz fugindo ou se furtando a dizer a verdade. Vai doer na pele, Emiliano disse isso também, de generais, dos seus netos, dos seus filhos, vai doer, mas é preciso que doa, porque fora disso vamos continuar com esse “tacão” da mentira, da procrastinação das coisas, da negação da história.

Eu me sinto muito gratificado – sei que o tempo urge, deputado Álvaro – mas eu queria deixar, emocionado, este depoimento de uma pessoa que se inspira em outras, como Celso, como Waldir, este já era candidato quando eu ainda não podia nem votar em 62, mas eu já era adolescente, e vejo que há pessoas que também não negam a trincheira, não largam o compromisso histórico. Isso tudo, nós que estamos aqui temos responsabilidades com a história, com a verdade, com as nossas gerações outras, com os filhos, com os netos, como disse o jovem deputado Yulo Oiticica, e essa responsabilidade se traduz nisto: “ *vamos fazer a história do Brasil ser contada sem retirar uma vírgula da informação*”.

Um grande abraço para vocês.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1723-I

Ses. Esp. 05/09/11

Or. Pe. José Carlos

Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Registro a presença da deputada Fátima Nunes.

Convido o Pe. José Carlos Silva para fazer uso da palavra.

O Sr. Pe. JOSÉ CARLOS SILVA:- Bom-dia a todas e a todos.

Peço licença ao presidente da sessão para saudar a todos os membros da Mesa, saudando o governador da Bahia Waldir Pires, o qual estou vendo na praça principal de Ubaíra, nos idos de 62, fazendo campanha para governador do Estado, eu tinha 10 anos de idade. Naquela época o senhor estava fazendo a sua campanha. Então saúdo na sua pessoa todos os membros da Mesa com muita emoção. (Palmas)

Vou citar alguns nomes e gostaria que ou dissessem presente ou batessem palmas. Gildo Macedo Lacerda(palmas); Eduardo Leite Bacuri (palmas); Jorge Leal Gonçalves (palmas); Carlos Marighella (palmas); Carlos Lamarca (palmas). Eles representam todos os que estão mortos e desaparecidos pela ditadura militar.

Nós estamos aqui porque esses homens e mulheres sonharam e quiseram que esse sonho fosse pensado impossível, mas não é impossível. Nós estamos aqui com conquistas, com vitórias. Nós estamos aqui porque eles foram capazes de sonhar e nós estamos sendo capazes de dar prosseguimento ao sonho. Esse sonho precisa, cada vez mais, se aprofundar na sociedade brasileira, o sonho de liberdade e justiça. Por isso, devemos dar passos na direção da construção de um País onde todos o brasileiros tenham seus direitos garantidos. Um sonho que ainda temos é da reforma política, deputados federais. O sonho que temos é da reforma previdenciária. O sonho que temos é da reforma tributária deste País. O sonho que temos é de não ver ser aprovado no Congresso Nacional, da forma como está, o Código Florestal (Palmas). O sonho que temos é de aprofundar a igualdade entre os brasileiros de forma tal, que a gente não seja tratado, visto pela cor, pelo gênero, pela condição social.



Vou citar um fato do qual sou testemunha: sexta-feira, na madrugada de sexta para sábado, estava na porta da minha casa com meu irmão – moro na Boa Viagem, no início da Imperatriz – quando meu irmão, olhando para praça, disse-me: “olha o que está acontecendo!” Fui lá. Havia um grupo de soldados PMs e Pfens – uns seis ou sete – e um rapaz alto, negro, e, vou dizer na expressão da palavra, mandaram o rapaz abaixar as calças e com uma tábua mais ou menos desta largura e deste tamanho (mostra com as mãos) batiam na bunda do rapaz. E um oficial, por certo, disse-lhe: “Estou fazendo isso com você para não fazer o que você bem sabe o que eu ia fazer, o que você está merecendo. Estou fazendo isso com você porque sou amigo de seu pai; ele está morto mas ainda continuo sendo amigo dele.” E batendo no rapaz... Aproximei-me, e ele perguntou-me: “O que é que veio olhar?” Vim olhar porque você não tem o direito de bater em ninguém. Vim olhar porque, se ele está errado, você deve prendê-lo. Ele perguntou ao rapaz: “você está certo ou está errado?” O rapaz disse: “estou errado”. O rapaz não ia dizer que estava certo! Ele mandou o rapaz tirar o *piercing* que estava na sobrancelha, o rapaz jogou-o fora. Então lhes disse: sou padre e sou membro do Conselho de Direitos Humanos do Estado da Bahia. Isso não vai ficar assim.

Estou fazendo a denúncia da tribuna da Assembleia Legislativa deste Estado. A Comissão de Direitos Humanos desta Assembleia deve procurar apurar o fato. Eu sou testemunha! Não tenho medo para dizer a verdade e encarar essas pessoas. Os deputados que fizeram a promoção desta sessão estão de parabéns.

Todos aqueles que lutam pela anistia no Comitê da Verdade, que lutam para que sejam encontrados os corpos dos que foram mortos, enfim, todos nós devemos dar as mãos para uma única luta: a redemocratização completa deste País, aprofundando a democracia. Por isso, devemos nos dar as mãos. Sou padre e, em nome da Arquidiocese, posso dizer que apoiamos e estamos dando as mãos a todos que queiram trazer dias melhores para os brasileiros.

Termino cantando uma música. Peço a Maria del Carmen, minha amiga, a Emiliano e a Yulo que, no dia em que lhes disserem que o padre José Carlos morreu, na hora em que descer o caixão, cantem para ele:

“Caminhando e cantando e seguindo a canção



*Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Vem, vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer
Vem, vamos embora que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. (Palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)*



1724-I

Ses. Esp. 05/09/11

Or. Pastor Celso Dourado

Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao pastor Celso Dourado. Temos também inscritos o deputado Emiliano José, o Dr. Waldir Pires, o Dr. Almiro Sena. Teremos ainda mais três depoimentos: de Pery Falcon, Carlos Sarno e da professora Tereza Gonçalves.

Com a palavra o pastor Celso Dourado.

O Sr. PASTOR CELSO DOURADO:- Presidente Álvaro Gomes, demais deputados que sugeriram e convocaram esta sessão especial, recebi a comunicação deste evento através de um convite que me chegou pelos correios. Procurei nos jornais alguma notícia sobre o assunto e não encontrei.

Só estou fazendo referência a isso para dizer que esta sessão é tão especial, deputado Álvaro Gomes, que deveria ter havido uma publicidade maior. Estou muito alegre por encontrar pessoas queridas que participaram conosco desta luta, algumas jovens senhoras, à época eram bem jovens, mas já estavam à frente, como Ana Guedes, Diva Santana, e aquelas jovens de cabelos brancos que marcaram muito a história, como Ana Montenegro, Bebé Santana, a presidente do Comitê da Anistia, Terezinha Zerbini. É ótimo encontrar todos aqui. Ficamos alegres. Mas gostaria de ter esta sessão com as Galerias cheias e com jovens presentes para ouvirem esses testemunhos e as palavras de quem viveu a realidade da ditadura.

Quando o golpe foi dado, estava no interior, na cidade de Campo Formoso, lutando, organizando sindicatos rurais, junto com um jovem padre da cidade. No dia 31 de março para 1º de abril, fiquei a noite toda acordado, acompanhando as notícias que vinham pelo rádio. Pela manhã, procurei a minha esposa, Neuza Dourado, e disse-lhe: “O golpe se concretizou hoje, no dia 1º de abril. É uma grande mentira para a história do nosso País, mas é uma mentira poderosa que vai marcar, lamentavelmente, a história de todos nós”.



Tive de responder, era vereador da cidade, presidente da câmara, respondi a dois IPMs: um deles presidido pelo coronel Moacir Pinto Coelho, eu cito o nome dele porque ele era um daqueles militares que marcavam as suas ideias por certas boas intenções. Durante o interrogatório que foi de 4, 5 horas, ele iniciou dizendo que trazia a ordem para levar-me preso e eu disse: “Espero apenas ser ouvido.”

A certa altura, ele disse que tinha feito a revolução, tinha participado da revolução para resolver os problemas que estávamos enfrentando ali. Tirei do bolso uma questão que estava na justiça de Campo Formoso desde 1915. E o promotor me disse: “Todo esse período, porque uma só família prejudica mais de 200, nenhum juiz julga.” Quando apresentei isso ele, levantou a voz, deu um soco na mesa e disse: “Professor, nós fizemos a revolução para resolver esse tipo de problema. Dentro de 3, 4 meses estaremos aqui para resolver isso.” Fiz de conta que ele me atingiu e falei baixo, manso, meio melancólico e disse: “Coronel, se os senhores, dentro de 3 meses, resolverem esse tipo de problema...” E, aí, levantei a voz no mesmo tom que ele havia expressado a sua ideia: “Até gente igual a mim que não tem nenhuma simpatia pelo golpe que os senhores deram. Os senhores vão conquistar.”

Em 1968, chego a Salvador. É o golpe sobre o golpe. É o Ato Institucional nº 5. Sou convidado para fazer uma palestra num determinado lugar. Vou e uma das primeiras pessoas que encontro é exatamente o coronel Moacir Pinto Coelho, cito o nome dele porque me parece uma figura interessante, disposta ao diálogo, disposta a enfrentar a realidade do País naquele momento.

Ele disse “professor” com o mesmo sorriso. E eu disse: “É coronel, é a mesma posição.” Ele se abriu e disse: “Olha, foi uma desgraça, uma decepção. Quatro anos já tinham se passado e eles nunca mais pisaram lá, só foram lá fazer a repressão. Fiquei tão decepcionado que deixei a farda e hoje sou seu colega, sou professor.”

Conto isso porque, até mesmo no golpe, havia gente com boas intenções. Mas o problema sério é que, muitas vezes, as pessoas acham que devem alcançar algo que consideram justo mas não se preocupam com os meios que são usados. Isso marcou muito a história da igreja no passado e até nos dias de hoje. A inquisição fazia isso. Os fins justificam



os meios. Os ditadores também pensam assim, quer sejam eles de direita ou até mesmo de esquerda, quem assimila a ditadura, a ideia de que são donos da verdade, a ideia de que não têm dúvida nenhuma sobre o que estão fazendo, correm o mesmo perigo de achar que os fins justificam os meios.

Na igreja, à época da Inquisição, era assim que acontecia. Também era uma igreja autoritária, ditatorial e muitas vezes a igreja tem sido assim através dos séculos. Eu não cito a igreja marcando um determinado credo religioso, mas, a igreja no sentido bem geral, na minha tradição ou na tradição do Padre José Carlos, não importa, ou de qualquer outra tradição. Se assimila o espírito ditatorial, a ideia, a filosofia de que os fins justificam os meios, então nós corremos sérios perigos. É por isso que essa Comissão da Verdade tem um valor muito especial, um valor didático. É preciso realmente lutar por ela, doa em quem doer. Os que deram golpe precisam ser denunciados. Aqueles que torturaram precisam ser denunciados, aqueles que cometeram falhas e erros, qualquer que seja a sua posição. Se é a Comissão da Verdade, busquemos a verdade. Não há verdade sem justiça. A nossa palavra é nesse sentido, precisamos lutar para que realmente construamos uma prática democrática alicerçada na Justiça, na verdade e na busca do bom entendimento.

Vou terminar a minha palavra contando um fato histórico. Certa vez, um amigo que se dizia materialista disse: “Celso, me diga uma coisa: Que história é essa, você crer mesmo em vida depois da morte?” Eu parei, sabia de quem se tratava, pessoa de muito valor, aqueles que costumo rotular, aqueles que creem mas dizem que não creem, mas vivem como se cressem. E eu tenho encontrado muitos que dizem que creem, mas vivem como se não cressem. E eu disse: “Olha, Fulano, vou lhe responder fazendo uma pergunta- Você acha que a morte biológica é o fim de tudo?” Ele parou e disse: “Não, não é o fim de tudo”. E eu lhe disse: “Então nós já temos uma base para dialogar.”.

Contando isso, eu quero dizer que nós só vamos construir a democracia com essa disponibilidade para o diálogo. A ditadura nos ensinou isso. A ditadura nos ensinou que deveríamos dialogar com aqueles que dizem que não creem, que devemos dialogar com aqueles que pensam diferente da gente. Esse mérito acho que Emiliano José constatou isso no livro dele. Eu disse a ele: “meus parabéns, Emiliano, você foi capaz, escrevendo sobre



Padre Enzo, de colocar as doutrinas, a questão da fé de uma maneira tal que possibilita um diálogo entre todos.”. É assim que vamos construir a democracia. O país precisa mesmo desse tipo de ação corajosa, disposta e essa disponibilidade para dialogar com todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



1725-I

Ses. Esp. 05/09/11

Or. Emiliano José

Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado federal Emiliano José.

O Sr. EMILIANO JOSÉ:- Queridos deputados proponentes desta sessão, Álvaro Gomes, Roberto Carlos e Yulo Oiticica, todos parlamentares preocupados com os direitos humanos, com a nossa luta em favor da memória e da verdade, com a nossa luta em favor da aprovação da Comissão da Verdade; cumprimento o secretário Almiro Sena, que representa aqui o governador Jaques Wagner e que é também uma pessoa profundamente comprometida com os direitos humanos em nossa terra; cumprimentar Sara Mercês, nossa companheira de partido e que representa aqui a OAB e o presidente da OAB, Saul Quadros; quero cumprimentar com muito carinho também a nossa companheira Vanda David, que representa aqui a Comissão Nacional de Anistia e companheiro Paulo Abraão; quero cumprimentar o amigo, companheiro, padre José Carlos, que já é meu personagem também em livros, acompanhando o padre Renzo Rossi; quero cumprimentar o querido amigo, companheiro de lutas e uma espécie de símbolo nosso na luta pelos direitos humanos na Bahia, Joviniano Neto; pastor Celso Dourado, de tanta história em nossa terra também, não me esqueço nunca que foi nosso anfitrião em tantos encontros no Colégio 2 de Julho, no Encontro Nacional pela Anistia. O Colégio 2 de Julho foi nossa casa durante muito tempo, quando o nosso Celso Dourado o dirigia, não é Joviniano? Quero cumprimentar o companheiro aqui de Assembleia Legislativa e de tantas lutas, hoje autoridade do Tribunal de Contas do Estado, companheiro Zilton Rocha; e meu amigo, companheiro, uma das minhas referências políticas, que é o ex-governador e militante dos direitos humanos Waldir Pires.

Este é o momento em que a gente cumprimenta a mesa e lembra de modo especial aqueles que compartilharam conosco aqueles momentos mais difíceis, quando havia alegrias, tristezas, esperança, quando havia firmeza, havia ternura e havia dureza para enfrentar a situação que nós vivíamos. E cumprimento, portanto, aqui, Jurema, nossa companheira, que



também é minha personagem num livro, cumprimento Lúcia e Teresa, irmãs de Jorge Leal, a quem peço uma salva de palmas para que nós lembremos do significado de Jorge Leal na história da Bahia e do Brasil, um dos nossos desaparecidos, (palmas, muitas palmas); companheiro Carlos Sarno, que também é meu personagem em livro e que foi o autor dessa camisa maravilhosa que propõe virar a ditadura pelo avesso. Sarno é e foi sempre um poeta, além de revolucionário. Ele poetizava na cadeia, sempre poetizou, além de ser um senhor cozinheiro, quem quiser convide Sarno para cozinhar, porque é um grande cozinheiro também; quero cumprimentar João Henrique, nosso companheiro da Galeria F; quero cumprimentar Pery Falcón, nosso companheiro de Galeria F; quero cumprimentar Melgalci, ao cumprimentar Melgalci lembrar Loreta Valadares; quero cumprimentar José Carlos Zanneti, também companheiro de Galeria F; Oldack Miranda, que foi companheiro de outras prisões, Minas Gerais e em Recife, e ao lembrar Oldack lembro nosso ex-ministro Nilmar Miranda, irmão de Oldack, que é um companheiro. Ainda ontem estávamos reunidos com os militantes dos direitos humanos em Brasília, num encontro do PT; quero cumprimentar o companheiro Eduardo Almeida, e ao cumprimentá-lo lembrar a extraordinária figura de Rômulo Almeida; quero cumprimentar Ivan Alves Braga e sua companheira Olívia. Ivan também foi nosso companheiro de Galeria F; quero cumprimentar Roque Aparecido e lembrar que nós vamos realizar um grande encontro em Brotas de Macaúbas nos dias 17 e 18 para lembrar os 40 anos de morte, do assassinato de Carlos Lamarca, de Zequinha, de Otoniel, do companheiro Santa Bárbara, de tantos companheiros que foram assassinados na chacina produzida pela ditadura. Vai sair um ônibus daqui, no dia 16, levando os companheiros e companheiras que quiserem participar do ato.

Quero, também, cumprimentar a querida amiga Ana Guedes, que é um símbolo da nossa luta pelos direitos humanos. E ao cumprimentar esses companheiros e companheiras, naturalmente que cumprimento todos que estão aqui e que têm uma tradição de luta pelos direitos humanos. Cumprimento nossos companheiros deputados Rosemberg, meu companheiro de partido; Maria del Carmem; Kelly Magalhães; Aderbal Caldas; Fátima Nunes; e Joacy Dourado.



Esse é um momento em que convivem sentimentos não contraditórios, mas complementares, em nós. Convivem o sentimento que nos faz voltar ao passado, necessariamente – e estamos fazendo isso aqui – e o sentimento que nos joga para este presente e para o futuro: o sentimento de continuidade da luta, o reconhecimento das dificuldades que temos e a esperança de que é possível continuar a conquistar aquilo que pretendemos.

Ao revisitar o passado eu me lembro de um trecho, é muito conhecido, de um poema: “Para Falar de Poesia”, do Thiago de Mello: *“Faz escuro, mas eu canto, porque o amanhã vai chegar”*. Nós pensávamos muito assim no passado, com muita força, porque vivíamos um quadro difícil, e só quem enfrentou aquilo diretamente sabe o que é sentir-se, às vezes, absolutamente só.

Cada um de nós viveu isso, cada um dos que enfrentou a ditadura viveu esse momento de absoluta solidão, aqueles momentos limites da existência em que você só conta, em determinados momentos, com sua própria força; e convivem força e fraqueza naqueles momentos em que você é confrontado com o torturador e tem que decidir o que fazer face à existência, face aos seus ideais, face ao que você defende. Você decide sozinho, solitariamente, e sucumbe ou resiste. A maioria dos nossos resistiu.

Quando trato desses assuntos e alguém diz: “Mas fulano falou”.

Eu respondo: “A responsabilidade foi da ditadura”.

Salvo os que, efetivamente, passaram para o outro lado, os outros enfrentaram, souberam enfrentar, das mais variadas maneiras, esse momento chave, este momento limite da existência, quando você é obrigado a, sozinho, lembrar de Thiago de Mello: *“Faz escuro, mas eu canto, porque o amanhã vai chegar”*.

Na revisitação ao passado, eu lembro que nós, os prisioneiros da Galeria F, cantávamos, lembro-me até hoje:

*“Nos quartéis cruéis da ditadura
não se rompe o nosso elo solidário
sempre existe aceso em nosso peito
a formação do Partido Proletário.*



Companheiros, camponeses, operários
] a vitória pela luta nascerá
a bandeira pelo povo levantada
linda bandeira do Exército Popular.
Nossos gritos saem das grades para as ruas
num recado a todo povo brasileiro
Esta batalha é geral dos oprimidos
e pela morte dos trustes estrangeiros”.
(Palmas)

Nós cantávamos este hino com uma emoção incontida quando recebíamos companheiros, e ninguém é capaz de imaginar a alegria de um companheiro que chega, o bálsamo que é ser recebido por um coral de prisioneiros que diz com este hino: “Você é bem-vindo!” Um hino que joga pra cima, que fala da luta, que fala da esperança! E, quando algum companheiro saía também, às vezes com muita alegria, às vezes com lágrimas, recebendo-o ou vendo-o partir, cantávamos e nos mantínhamos ali inteiros, na cadeia, na prisão. Ninguém a idealize, porque cadeia, porque prisão não tem nada de alegre. Mas nós nos mantínhamos ali esperançosos. Nós acreditávamos, dentro da cadeia, na possibilidade de um outro País! Tínhamos certeza de que nós íamos derrotar a ditadura dentro da cadeia!

Lembro-me do que me dizia padre Renzo, e vejo uma mesa de muita gente de fervor religioso, padre Zé Carlos, Celso Dourado, Joviniano. Ele visitou todas as cadeias do País e se impressionava com o fato de que não havia cristãos na cadeia brasileira. Eram praticamente todos materialistas. Eram uma exceção os cristãos. No entanto, dizia ele, o que lhe causou um choque religioso foi que esses materialistas que estavam enfrentando a ditadura e acreditam num novo mundo, num outro País tinham esperança. Ele foi discutir com os teólogos a diferença, a contradição ou a complementariedade entre a fé e a esperança. Concluiu que a esperança era maior do que a fé pelo que ele vira ali. Estou falando duma reflexão dum religioso como o é padre Renzo. Estarei com ele agora, em janeiro, em Florença.



Mas ali na cadeia, portanto, sempre pensávamos num novo mundo. “Faz escuro, mas eu canto porque o amanhã vai chegar.” Sempre tínhamos isso na cabeça. Não desanimávamos, e não é que não sofrêssemos. Volto a dizer: eu não idealizo cadeia. A cadeia é sofrimento, é dor, mas a dor, o sofrimento não eliminavam a nossa esperança, a nossa visão de que a história não parava porque estávamos ali presos. Nós, presos, sabíamos que o mundo se movia, que a sociedade brasileira se movia. Nós presos, curiosamente, Peri, éramos uma espécie de farol. Nós dávamos um recado à sociedade brasileira. Nós topamos essa luta, e a sociedade brasileira foi percebendo isso. Nós passamos anos na cadeia com muita firmeza de que íamos mudar aquilo. Isso é o território da lembrança.

Para chegar ao presente, queria acentuar novamente dois sentimentos, porque neste momento nos assalta às vezes um sentimento de que não se fez isso, não se fez aquilo. É “o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade” para lembrar uma fórmula do Gramsci, mas temos dificuldades. A anistia foi limitada, evidentemente, mas foi uma extraordinária conquista do povo brasileiro! Mesmo essa que nós temos críticas, ela não foi resultado de uma benesse da ditadura, mas sim fruto da luta do povo brasileiro, particularmente daqueles empenhados nos comitês de anistia, no Movimento Feminino pela Anistia, que mobilizaram a Nação em favor da causa. E ela veio. Aquele foi um momento mágico da sociedade brasileira: ver milhares de brasileiros que saíam da prisão, milhares de exilados que voltavam e readquiriam seus direitos políticos. Foi realmente um momento mágico da vida política brasileira, mas ela foi muito limitada. E nós estamos até hoje lutando, Joviniano lembrou, para que aquela anistia se complete.

Então eu queria acentuar o lado da conquista da anistia e o lado da continuidade da luta. E nós é que temos a responsabilidade de mobilizar a Nação, não preciso argumentar sobre a Comissão da Verdade, só digo isto, mas temos a responsabilidade de mobilizar a Nação em favor da Comissão da Verdade. Temos essa responsabilidade.

Ontem, na reunião dos militantes de direitos humanos, eram quase 100 companheiras e companheiros do PT, juntamente com a ministra Maria do Rosário e com ex-ministro Nilmário Miranda, discutíamos o quanto é difícil você sensibilizar a sociedade, porque às vezes a gente se esquece disso, para a questão dos direitos humanos, ou melhor, a



sociedade brasileira reage muito à política de direitos humanos. Não podemos submeter a ela, por exemplo, um plebiscito sobre a pena de morte porque ele ganha. A sociedade brasileira não está ganha para a ideia dos direitos humanos. É uma luta que nós temos que fazer. É uma luta político-cultural que precisamos fazer com a sociedade brasileira. Não é simples. A gente não coloca mil pessoas aqui pelos direitos humanos. Lembro-me que quando chamei o extraordinário ministro Paulo Vannuchi para um debate na minha campanha ele disse-me: Emiliano, você tem certeza que eu devo ir aí, porque direitos humanos tira votos.

Então temos uma luta dura com a sociedade a ser feita de convencimento, de ganhar hegemonia no novo pensamento sobre os direitos humanos. Não é tão simples. Essa é uma luta difícil que, no entanto, temos que enfrentar com tranquilidade, dizer da importância, da necessidade, que é uma visão que se opõe à barbárie presente na sociedade brasileira e no mundo sob muitos aspectos.

Na reunião de ontem todo mundo dizia que ser militante dos direitos humanos não é tarefa fácil. Yulo e Álvaro Gomes sabem disso. Não é uma tarefa fácil porque dizem que a política dos direitos humanos é sempre proteger bandidos, quando não é. Ninguém está propondo isso. É aquilo que o Pe. José Carlos diz: Aquele sujeito não pode ser espancado daquele jeito, porque não estamos mais na época da escravidão. Se ele cometeu algum delito, na legalidade - o secretário da Justiça está aqui- ele pode ser preso em flagrante, se for o caso. Nunca esse tipo de procedimento por parte de polícia nenhuma, mas acontece. E o pior, Pe. José Carlos vai lá, mas a população, às vezes, é capaz de aplaudir. Ah, cometeu, é ladrãozinho e tal, vamos bater.

Então a importância de se implantar a Comissão da Verdade o mais rápido possível, e nós estamos lutando na Câmara Federal para isso, diz respeito também em fazer um enlace entre a nossa luta pela memória e verdade absolutamente justa e a luta atual contra quaisquer violações dos direitos humanos. São duas coisas que se juntam nesse momento: a luta pela memória e a verdade, a luta para que reconheçamos face a face o que foi o terror da ditadura e a luta contra a tortura, o desrespeito aos direitos humanos, a violência, as barbaridades, os crimes nas cidades contra jovens, pobres e negros, os crimes no campo que



se sucedem ainda em áreas profundamente atrasadas do campo brasileiro. Tudo isso tem que ser juntado num processo, diria, de luta político-cultural no Brasil para que ganhemos a sociedade brasileira para os direitos humanos.

O Pe. José Carlos lembrou o Evangelho para propor uma consigna para a luta da comissão da verdade, e eu junto a essa reflexão evangélica um dito do comunista italiano Gramsci, que dizia que os revolucionários não precisam de nada mais senão da verdade.

Um grande abraço a todos os companheiros e companheiras. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1726-I

Ses. Esp. 05/09/11

Or. Waldir Pires

Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Quero registrar a presença dos deputados Capitão Tadeu e Joacy Dourado; o Capitão Tadeu inclusive é o presidente da subcomissão de Direitos Humanos e Segurança.

Concedo a palavra agora ao ex-governador Waldir Pires, que sem dúvida fará um belo pronunciamento.

O Sr. WALDIR PIRES:- Tenho a impressão de que o nosso tempo é razoavelmente curto, pelo que ouvi da Mesa. Muitas vezes, nós gostamos de comentar mais largamente as coisas, quem sabe depois a gente faz alguma coisa que seja capaz de abranger tudo o quanto está em nossa alma, na história de cada um de nós.

Quero cumprimentar o presidente da Mesa e os deputados que foram responsáveis pela convocação desta reunião, os deputados Álvaro Gomes, Yulo Oiticica, Roberto Carlos; quero cumprimentar o representante do governador do Estado, o secretário da Justiça Almiro Sena; cumprimentar meus companheiros da Mesa, todos eles que estão aqui, a rigor nós só temos companheiros, não nos foi capaz a convocação do que seria possível, e também porque Joviniano quando falou a respeito me disse que eu deveria dá uma palavra, cada um falaria um pouco na linha da sua vivência, da sua experiência e que eu teria que dizer alguma coisa pelos exilados.

O exílio para mim foi uma surpresa, mas eu conheci o que é a vida do exilado e a vivi. Na realidade, eu não saí do Brasil para o exílio, nós ficamos no centro da luta até o último instante quando se chegou o golpe de Estado, que praticou o maior crime contra o processo civilizatório brasileiro. A ditadura fez coisas terríveis, mas nada foi mais terrível do ter interrompido o processo da consciência democrática do nosso povo, da nossa juventude. Esse foi o grande crime, até hoje nós não o restauramos, não o recuperemos, até hoje vivemos essa angústia e perdemos na juventude de sucessivas gerações a ideia básica do que



é que é a construção de uma sociedade decente. E, portanto, a construção de uma sociedade democrática.

A ditadura interrompeu tudo, desde a minha geração que é a geração dos mais velhos, presentes hoje em qualquer lugar onde eu esteja, até todas as outras etapas da vida humana.

A rigor, Darcy Ribeiro e eu fomos as últimas pessoas que saímos do Palácio do Planalto quando se consumou o golpe de Estado, vergonhoso, criminoso golpe de Estado. Darcy Ribeiro era o ministro-chefe da Casa Civil. Eu era o consultor geral da República. Darcy Ribeiro tinha sido o fundador da Universidade de Brasília. E eu, naquele momento, era também professor de Direito Constitucional da Universidade de Brasília e era o coordenador geral dos cursos de Direito da Universidade de Brasília.

De modo que nós trabalhávamos juntos naquele momento agudo da tentativa do golpe de Estado e mobilizamos toda a juventude da UnB. Pusemos aquela juventude toda e os trabalhadores das diversas áreas mobilizadas pelos sindicatos no Teatro Nacional de Brasília. Conseguimos umas grandes vasilhas de sopa para se tomar durante toda a fase em que estava ocorrendo a possibilidade do golpe, e a juventude e os trabalhadores, lá, para uma eventual convocação que iríamos fazer, de invadir o Plenário do Congresso Nacional para impedir que o golpe se desse por via de um *impeachment* do presidente da República.

O *impeachment* não poderia ser decidido numa noite. O *impeachment* tem uma formalidade legal antiga no Direito brasileiro. O *impeachment* é o início de um processo. Quando a Câmara dos Deputados entende que deve ser processado um presidente da República, ela autoriza a que se instale o *impeachment*, e ao autorizar passa ao Senado Federal a competência de julgamento, e é no Senado que se dá o julgamento. E esse julgamento do Senado é presidido, nos termos da Constituição e da legislação, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. E eles simplesmente pretendiam fazer e fizeram a derrubada de um governo constitucional por via da violência na sessão de 1º para 2 de abril de 1964.

Darcy e eu estávamos em plena articulação de tudo que deveria ser feito. Naquele 1º de abril, se imaginou que o golpe se consumaria, e não se consumou em 1º de abril. O



golpe se deu na madrugada do dia 2 de abril, em torno de 1h30min e 2 horas da manhã. Foi um golpe articulado por forças internacionais e forças atrasadas nacionais, do que havia de mais irresponsável, do que havia daqueles que concebiam uma sociedade estática, carregada de discriminações e de preconceitos. Estávamos atentos a isso. Por isso a mobilização da juventude para que pudéssemos evitar o que não foi possível ser evitado: a deliberação bruta e cínica do Congresso Nacional. Cínica!

Aquela juventude estava toda no Teatro Nacional para descer, entrar no Congresso Nacional e ocupar o Plenário do Congresso Nacional e impedir o *impeachment*, que não era e não seria um *impeachment*, seria um golpe de força. Para isso, era necessário que as autoridades militares, ainda presentes em Brasília, dizendo-se fiéis à Constituição, mantivessem as tropas militares nas casernas e não fossem às ruas.

Tudo isso estava sendo, nos últimos instantes, conduzido por uma circunstância nova. É claro que era nova, porque não tínhamos internet na ocasião, nem celular. A comunicação se dava com um retardamento muito grande. A verdade é que, no começo do dia 1º de abril, o comandante do III Exército, que era o maior do Brasil, sediado no Rio Grande do Sul...

Naquele tempo se construía a política na América do Sul a partir dos objetivos e interesses da política do Estados Unidos. E o clima entre o Brasil e a Argentina era que os dois seriam adversários inevitáveis de uma guerra. Então, sempre existia, naquele período, um exército do lado do Brasil e um exército do lado da Argentina a postos para qualquer coisa. Por isso que o III Exército era o maior exército do Brasil.

No começo da manhã do dia 1º de abril de 1964, o comandante do III Exército, general Ladário Teles, fez uma proclamação, dizendo que não toleraria o golpe de Estado, porque ele estava fiel à Constituição e que o III Exército não concordava.

Coincide o nosso conhecimento disso, mais ou menos, no instante em que o presidente da República saiu do Rio de Janeiro e conseguiu chegar a Brasília. Então, fomos todos conversar com o presidente naquele momento.

O presidente João Goulart não gostava de viver no Palácio da Alvorada. Ele gostava de viver na Granja do Torto, pois era um gaúcho com todos os gostos pela vida rural.



Então, fomos para lá, conversar com o presidente. Achávamos que ele teria que ir ao Rio Grande. Ele havia chegado e nós ficaríamos ali, todos nós, com as instituições aparentemente presentes e estáveis.

Chegamos a essa conclusão e o presidente adotou o caminho de ir para o Rio Grande mais ou menos no final da tarde. Fez o pronunciamento e preparou-se para ir ao aeroporto. Eu e Darcy nos mobilizamos para requisitar um avião a jato para o levar. Naquele tempo havia poucos aviões a jato. Não havia Boeing ainda, de modo que os jatos eram Coronados, da Varig.

Ele tinha que ir num avião a jato porque já havia declarações das posições militares do Rio de Janeiro e de São Paulo tinham caído, já haviam sido apropriadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, dizendo que, se o avião do presidente tentasse sair de Brasília para o Rio de Janeiro, seria abatido, se faria uma intermediação direta das forças militares, para que ele descesse sob controle de caças e, se não obedecesse, abateriam o avião, e o presidente não chegaria do Rio Grande do Sul.

Todos nós fomos levar o presidente ao aeroporto; o presidente ainda estava juntando as coisas e fazendo com que a família fosse de uma outra via, não propriamente com ele. D. Maria Teresa, João Vicente e Denise foram também para o Rio Grande.

Lembro-me de que eu e Darci entramos na legalidade, aprendemos aquela metodologia, da qual Brizola foi o genial iniciador dessa luta da legalidade, mobilizando rádios, etc, há alguns anos; está completando 50 anos da luta da legalidade no Rio Grande do Sul. Naquela ocasião, retomamos a linguagem da luta da legalidade e tentamos fazer com que essa presença do presidente no Rio Grande do Sul fosse o início de uma jornada de luta pela legalidade já no Rio Grande do Sul, com o Terceiro Exército.

A verdade é que, naquele momento, o general-comandante do Terceiro Exército não tinha mais o controle da situação do Rio Grande do Sul. A nossa presunção era de que os comandantes em Brasília estivessem fiéis ao presidente. Quando chegamos ao aeroporto, os comandantes de Brasília estavam todos presentes, homenageando o Presidente da República, assistindo à saída dele. A presunção era de que teríamos paz em Brasília.



Sabotaram o avião a jato que a Varig havia disponibilizado; as turbinas não pegaram, e o presidente ficou dentro desse avião por uns 40 minutos, mais ou menos. Estávamos eu, Darci Ribeiro, Almino Afonso, Tancredo Neves e diversos outros companheiros angustiados, porque o presidente não saía, embora dentro do avião.

Ele teve de sair do avião, foi para um aviãozinho pequeno, bi-motor comum. Felizmente atravessou, tudo foi para o Rio Grande do Sul. Quando acabou o instante em que o presidente decolou nesse aviãozinho pequeno, Darci e eu voltamos para o Palácio do Planalto; Darci, chefe da Casa Civil no 4º andar; eu, consultor geral da República, tinha a sede da Consultoria Geral da República em seis salas do Palácio do Planalto, há alguns metros de distância do gabinete do Presidente da República, no 3º andar. Mas nós não quisemos ir para um lado nem para o outro; nem Darci foi para a Casa Civil, nem eu fui para o gabinete do consultor geral da República, e fomos para a Casa Militar, como toda Casa militar, absolutamente fiel, absolutamente fiel.

Quando chegamos à Esplanada dos Ministérios, vindos do aeroporto, constatamos a realidade diferente. A constatação era que a tropas militares tinham ocupado toda a Esplanada dos Ministérios. Portanto, os comandos militares de Brasília já tinham aderido. A partir do momento em que o presidente voou, eles tomaram todas as posições. A Casa Militar do presidente era que estava absolutamente leal. Nós acompanhamos angustiados, porque o Congresso já estava cheio de baterias, de metralhadoras. Havia a possibilidade de os jovens, os estudantes e os trabalhadores virem ocupar e entrar na sala do Congresso Nacional. Isso tumultuava. A possibilidade da sessão já não se dava! De forma que, realmente, sentimos que a coisa estava angustiada. Depois, soubemos que, quando o presidente chegou no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no começo da madrugada do dia 1º para o dia 02, por volta de 1h30 ou 2h da manhã, - ele foi num aviãozinho pequeno de forma que a viagem foi muito longa – quando ele chegou: o general Ladário Telles, que estava presente no aeroporto, pegou o presidente e levou para a casa dele. O presidente foi para a casa do comandante do 3º Exército.

O ministro do Trabalho Amaury Silva, que tinha ido com o presidente no avião, se perdeu no aeroporto com aquele volume de gente, trabalhadores e líderes sindicais, que



envolveu ele, e o presidente foi pego e agarrado pelo comandante do 3º Exército que o levou para a casa do comandante do 3º Exército. O Amaury perguntou: “E o presidente?”, e disseram a ele: “O presidente já saiu com o general Telles.”. Aí o Amaury vira-se e diz: “Então, vamos direto para o Comando Central do 3º Exército. O presidente me disse que iria para lá. Na condição de comandante supremo das Forças Armadas, ele iria para lá diretamente para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos.”.

A entrada do Amaury é curiosíssima, porque ele foi salvo nesta hora pelo general Cândido Figueiredo, que era comandante do Exército do Paraná. Naquele instante, eles eram chamados de generais fiéis ao presidente João Goulart. O pessoal os chamava de generais do povo, e tinham sido, inclusive, promovidos por ele a generais. Assim, o comandante Cândido Figueiredo interrompeu a chegada do Amaury ao tentar entrar no Comando do 3º Exército, o segurou pelo ombro e perguntou: “Ministro, o que o senhor está fazendo aqui? Eu vou para aí, o presidente está aí!”. O general disse: “O presidente está aqui? De jeito nenhum! Aqui não! Se o senhor entrar no Comando será preso! Venha cá, entra aqui.” O comandante do Exército do Paraná jogou Amaury dentro do carro dele, e disse: “Vou te levar aonde o presidente está! Ele está na casa do comandante do 3º Exército. Hoje, o comandante do 3º Exército está apenas com a divisão blindada. Ele cercou o bairro todo com tanques e o resto caiu tudo! A divisão blindada está lá, cercando e dando segurança ao comandante do 3º Exército e ao presidente da República.”.

Tinha caído tudo! E nós - eu e Darcy - estávamos no Palácio do Planalto vendo o que era possível fazer ainda, acompanhando o desenrolar do Congresso Nacional. Por volta de 0h30 ou 0h45, o deputado Doutel de Andrade, do PTB, entrou esbaforido na nossa sala e diz: “Waldir, eu vim aqui para conversar com Darcy e com você. Eles estão querendo dar o golpe, eles vão dar o golpe e estão mentindo, vão dizer que o presidente saiu de Brasília não para Porto Alegre, mas que fugiu do País”. Eu disse: “Olha, pega Darcy, que ele está naquela sala, e peça a ele para vir para cá”. Botei um papel na máquina, na Olivetti daquele tempo, eu era um bom datilógrafo, e bati a última mensagem do governo, dirigida ao presidente do Congresso Nacional.



Quem tinha de assinar era o ministro-chefe da Casa Civil, não era eu, que era consultor-geral da República. Pois bem, esse texto dizia: “O presidente da República me incumbiu de comunicar a V.Ex^a que ele saiu de Brasília em direção ao Rio Grande do Sul, para, com o comandante do 3º Exército e com todos os militares que cumpram honrosamente os seus deveres com a República... o movimento de preservar a democracia brasileira, etc., etc.”

Chamei Darcy, pedi para ele assinar. Ele assinou, e Doutel, que já estava sem fôlego, voltou correndo, a pé, para o Congresso Nacional. Lá, ele força a barra, pois não quiseram permitir, e com a ajuda dos companheiros chegou à tribuna e leu o teor da comunicação. E aí um senador da República, o presidente do Congresso Nacional Auro Moura Andrade, sem dignidade, desses que podemos chamar, na história da República, de um bandido, disse: “Não é verdade, o presidente da República deixou a Nação acéfala. Convoco o presidente da Câmara dos Deputados para assumir a chefia do Poder Executivo. A Nação está sem governo. Está encerrada a sessão”.

E aí desligou os microfones; depois desligou as luzes. Muita gente estava lá, aproximadamente quase a metade do Congresso Nacional estava fiel à manutenção da democracia brasileira. E o Congresso com a sessão encerrada, com a iluminação surpresa e com, digamos assim, o abandono das instituições.

Eu e Darcy assistimos daquelas vidraças do Palácio do Planalto avançar toda aquela gente que saiu do Congresso Nacional, os presidentes da Câmara e do Senado, toda aquela horda de responsáveis pela interrupção do processo democrático brasileiro, em direção do Supremo Tribunal Federal. Lá, incorporaram o presidente do Supremo Tribunal Federal ao destino dos presidentes do Senado e da Câmara. Vieram juntos o presidente da Câmara, Raniere Mazzilli; o presidente do Senado, Auro Moura Andrade; o presidente do Supremo Tribunal Federal e entraram, devidamente guardados por forças militares, no Palácio do Planalto e assumiram o poder da República.

Nós saímos. E, aí, é uma outra história que não dá para contar, aqui, para vocês.



Mas a necessidade, para Darcy e eu, de sairmos de Brasília era absoluta. Então, marcamos com os companheiros que estavam na reunião para o dia seguinte à noite. Darcy foi para a casa de um amigo e eu, para casa de outro amigo.

No dia seguinte, tivemos essa reunião e decidimos, todos nós, que o nosso dever era irmos, Darcy e eu, para o Rio Grande do Sul, onde estava o presidente. E os outros ficaram em Brasília defendendo, o que seria possível ou não sobreviver de instituições democráticas.

Neste instante, surge a voz de uma pessoa extraordinária, um companheiro extraordinário. Ele levanta o braço e diz: “Eu tomo conta da logística da saída de Waldir e Darcy de Brasília para eles irem para o Rio Grande do Sul. Eu tomo conta.” A figura de um Dartagnan, era uma pessoa extraordinária, que se chamava Rubens Paiva, um deputado que a ditadura pegou, torturou, matou, fez desaparecer e que até hoje a família não sabe onde está. (Palmas)

No dia seguinte, de três para quatro, Rubens estava com tudo preparado. Ele havia percorrido as moitas daquele aeroporto de Brasília, contratado um aviãozinho de lona, um teco-teco. Ele nos pegaria às três e meia da manhã do dia três para quatro de abril. E sairíamos, dia quatro, para Porto Alegre.

Nós não sabíamos que o presidente da República não tinha executado todo o plano anterior. Ninguém tinha conhecimento. E foi assim que eu e Darcy saímos para ir, não para o exílio, mas para o Rio Grande do Sul. “Vocês têm que ir. Ficamos nós aqui que somos deputados.” Estavam na reunião Fernando Santana, Temperani Pereira, Almino Afonso, todos eles e foi o que se deu. Só que quando nós chegamos à fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, descemos lá para esperar um avião que deveria chegar levando gasolina para fazermos a segunda etapa, que seria ir em direção ao Rio Grande do Sul, pois o nosso destino era São Borja, porque ninguém sabia onde o presidente estava naquele Estado. Então íamos para São Borja, porque o pessoal de lá sabia onde estava o presidente.

Nós estávamos ali no campo, num pasto, e ouvimos, através de um radiozinho de pilha que tínhamos levado, o noticiário informando que o presidente da República havia acabado de chegar em Porto Alegre seguindo para o aeroporto de Carrasco, em Montevideu,



onde pediu asilo político ao governo do Uruguai. Portanto, não havia mais o que fazer no Rio Grande nem havia mais como voltar. Estávamos sendo procurados por todas as partes. A primeira lista de cassados já estava preparada. Nela estávamos nós, eu e Darci - ele em sexto lugar, e eu em sétimo. Só soubemos posteriormente. Essa primeira lista é o Ato Institucional Nº 1, que cassou 100 brasileiros e foi publicada no dia 9 de abril, alguns dias depois, no primeiro ato institucional que regulamentou a fase inicial da ditadura.

A minha visão de exílio, eu só construí lá no exílio. Casado com uma mulher extraordinária, a minha paixão, a minha vida, tudo! Em seguida, Yolanda foi se encontrar comigo, depois meus filhos também foram. Eu sei o que é o exílio, a diferença gigantesca entre ser exilado e ser imigrante. É exatamente o oposto de tudo. O exilado só pensa em voltar, ele só pensa em ver como é que se restauram as condições para voltar e as liberdades dentro de seu País. O imigrante, não. Esse chega vitorioso para construir todas as relações, crescer, enriquecer, ganhar a batalha da vida, etc. Eu nunca tive, anteriormente, a experiência nem a reflexão do que seria o exílio. De forma, meu querido Joviniano, que realmente é como exilado que eu disse essas coisas a vocês. Essa circunstância do exilado, que é uma brutalidade gigantesca que vi, eu só vivenciei na realidade do exílio.

É necessário que nós construamos a democracia brasileira. É necessário saber que o caminho é difícil. É necessário saber as companhias para chegar à construção da democracia brasileira. (Palmas!) É necessário saber o caminho e nunca se desviar dele! Nunca! Nunca! A democracia não é fácil, até hoje ela não existiu. A democracia que nós queremos e o mundo de hoje também quer não é uma democracia jurídica. Não é o “juridicismo” que faz democracia, o que a faz é a vida.

Hoje temos uma Constituição que afirma, entre os seus principais e essenciais valores e princípios, a dignidade da pessoa humana. E para haver essa dignidade não basta você ter apenas liberdades que são formais, artificiais. Todos são iguais perante a lei, mas enquanto isso você tem dezenas, centenas, milhares, milhões de pessoas que não têm condições de vida, condições de participação, que vivem a exclusão ou vivem a discriminação.



Essa é uma construção permanente, companheiros, que temos vivido. Iremos continuar e ganharemos essa batalha de termos um País que seja hoje até um paradigma para muitas nações que se dizem democráticas e o são apenas no texto de lei, mas que sempre foram altamente discriminatórias. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**1727-I****Ses. Esp. 05/09/11****Or. Almiro Sena****Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.**

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- É uma pena que não possamos ouvir o Dr. Waldir por mais tempo por questão de limitação concreta para início de sessão plenária, que é regimental, mas teremos outras oportunidades para ouvirmos.

Temos a presença do Sr. Secretário Almiro Sena, representante do governador. Estavam previstos mais três depoimentos. Porém, estou sentindo uma certa dificuldade, a não ser que possamos ouvir um depoimento representando todos num tempo relativamente curto, de 3 minutos. Poderemos ouvir Almiro, e se houver condições de apenas ouvirmos um depoimento e ver entre os três quem seria a fazer esse depoimento em 3 minutos, daria ainda para segurarmos. Fora isso não daria por causa da sessão plenária.

Com a palavra o secretário Almiro Sena.

O Sr. ALMIRO SENA:- Exmº Srs. Deputados Álvaro Gomes, Roberto Carlos, Yulo Oiticica, demais integrantes dessa nobre Mesa; eminente ex-governador da Bahia, Dr. Waldir Pires, sobretudo consultor geral da República, na pessoa de quem cumprimento todo este Plenário, obviamente, depois desta nobre sessão e dessas falas extremamente admiráveis de vultos mais admiráveis ainda, a minha fala será muito breve, e só justifica porque represento aqui o Exmº Sr. Governador do Estado, Dr. Jaques Wagner.

Nessa condição, quero apenas, muito sucintamente, ressaltar a importância dessa comissão e deste momento para o governo da Bahia, lembrando, inclusive, o filósofo judeu Elieuser, Prêmio Nobel da Paz, quando ele dizia que “o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio”.

Antes de mais nada, o que se faz aqui é manter viva a chama não apenas da vitória, mas da alma do nosso povo, da alma, da dignidade, da honra. E, aqui, quero homenagear, representando o governador do Estado, todas as pessoas admiráveis, homens e mulheres, que foram essenciais, que morreram, que lutaram, que foram torturados para que todos nós estivéssemos aqui hoje.



Quero informar ao padre José Carlos que solicitei e já estão em minhas mãos referências mínimas das autoridades autoras do absurdo fato que ele me noticiou, e encaminharei hoje ainda, formal e pessoalmente, ao secretário da Segurança Pública, com quem tenho um contato e diálogo como secretário da Justiça o melhor possível, e com certeza a Secretaria da Segurança Pública da Bahia é a secretaria de um novo tempo, realmente de um Estado de Direito, e não compactua jamais com o que foi relatado aqui. Então, as providências serão tomadas.

Para concluir, quero deixar com todos e todas uma ideia que, desde que assumi a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, estou buscando implantar. Já conversei com o nosso deputado federal Emiliano José, há cerca de dois meses, um diálogo bem inicial, e, agora, o deputado Yulo Oiticica, deputado Emiliano, vem com a mesma ideia, que se afina com a nossa, que é a de criarmos na Bahia, através da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, um centro de referência da memória dos direitos humanos do nosso povo, do povo do Brasil, sobretudo do povo da Bahia.

Entendo que, por exemplo, esta sessão de hoje, e peço aos deputados que presidem que disponibilizem cópias desta belíssima sessão para Secretaria da Justiça e Direitos Humanos para que, dentro disso, criemos algo maior, um espaço público onde por todos os meios possíveis que a tecnologia, inclusive, permita, possamos resgatar, de forma muito inteligente, a memória do povo da Bahia, tanto desse período terrível que foi a ditadura quanto do outro período anterior, igualmente terrível, que foi a escravidão do povo brasileiro e do povo baiano. Entendo que esse centro de memória, o qual estou aqui colocando, está aberto para dialogarmos e vermos como concretizarmos isso, pois é algo que precisa ser realizado.

Concluindo, quero agradecer muito ao governador Jaques Wagner a honra ter sido designado para representá-lo em um evento como este, sobretudo pela oportunidade que ele me concedeu de estar aqui para receber essas aulas de História, não apenas do Dr. Waldir, mas sobretudo essas aulas sobre a grandeza do espírito humano.

Acho que aqui está ressaltado, sei que aqui tem ex-presos políticos e familiares de presos políticos, momentos como este, com certeza, fazem a todos nós, independente do



cargo que ocupemos, mas, enquanto cidadãos, sentimos que algo maior nos conduz enquanto integrantes de um povo muito digno que é o povo brasileiro.

Em homenagem a isso, quero terminar falando de algo que é muito caro a todos nós e que os homens e mulheres que lutaram para que estivéssemos aqui foram extraordinários em realizar isso, quero lembrar uma música, um trecho de Cervantes que foi musicado por Maria Bethânia, numa música belíssima, que quero dizer alguns versos para concluir a minha fala.

A música fala justamente do que ocorreu com esses homens e mulheres admiráveis e o que move a todos nós, que é o convite sempre a Sonhar mais um sonho impossível/ A lutar quando é fácil ceder/A vencer o inimigo invencível/ A negar quando a regra é vender. A sofrer a tortura implacável/ A romper a incabível prisão/ A voar num limite improvável/A tocar o inacessível chão. Essa é a nossa lei, a nossa questão/Virar este mundo, cravar esse chão. Não nos importa saber se é terrível demais/ Quanto teremos que pagar por um pouco de paz, pois, amanhã, onde quer que estejamos, saberemos que valeu delirar e morrer de paixão.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



1728-I

Ses. Esp. 05/09/11

Or. Carlos Sarno

Comemoração aos 32 anos da Anistia Política.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para encerrar, ouviremos o depoimento de Carlos Sarno, representando os ex-presos políticos. Tem que ser um depoimento, infelizmente, rápido, o ideal seria que fosse um depoimento mais longo, mas em função do tempo regimental, não podemos prolongar mais esta sessão.

O Sr. CARLOS SARNO:- Eu seria rápido de qualquer forma, mesmo antes das orações.

Para começar a ser rápido, saúdo em nome do presidente da Mesa, deputado Álvaro Gomes, todos os membros da Mesa, demais autoridades que ainda restam na Casa, senhoras e senhores, acho que Emiliano foi até mais sonhador e entrou mais em detalhes sobre o que era a vida do preso político do que eu eventualmente vou tratar.

Vou falar um pouco, achei importante até falar, porque reflete um pouco os que os presos políticos estão pensando, hoje, um pouco sobre tudo isso.

(Lê) “Peço licença para fazer uma saudação especial aos meus companheiros e companheiras, ex-presos políticos, que me concederam a honra de representá-los nesta celebração dos 32 anos da Anistia.

Esta cerimônia pode ser focada de vários ângulos, todos relevantes, mas escolhemos enaltecer a liberdade, esta palavra que, como canta Cecília Meireles: *"o sonho humano alimenta e não há ninguém que explique e ninguém que não entenda"*. Para minha geração, que viveu grande parte da sua juventude nos "anos de chumbo" da ditadura, passado tanto tempo e sem nenhum espírito de revanchismo, porque revanchismo é atitude de quem não sabe ser digno na derrota e generoso na vitória, importante aproveitar esta oportunidade, aqui, nesta casa de representação política do povo baiano, para comentar fatos que têm tudo a ver com esta cerimônia e que, para nós, são emblemáticos como lição de vida e de história.



Refiro-me ao fato de a ex-presa política e militante da luta de resistência à ditadura ser, hoje, a nossa presidente Dilma Rousseff, a presidente eleita pelo povo brasileiro. (Palmas).

Mais emblemático ainda, talvez seja o fato de que o então Consultor Geral da República do Governo Jango, deposto por um golpe militar, o nosso ex- governador Waldir Pires, patrimônio político e moral do nosso povo 42 anos depois, em 31 de março de 2006, tenha assumido o Ministério da Defesa e se tornado comandante-chefe das Forças Armadas. Este talvez tenha sido o “Dia D” da nossa jovem democracia.

Já comentei esse fato com o nosso querido Waldir Pires e sobre o seu imenso significado quando, sobre nós, baixa o sentimento de como é difícil e longo o caminho de mudança de uma sociedade sustentada pelos privilégios, impunidade e injustiça social.

Nenhum discurso poderia ser mais eloquente e claro do que esta lição de vida e de história que temos aqui ao nosso lado: a fé, dignidade e coragem do senhor Waldir Pires.

Para nós, ex-presos políticos, é gratificante falar sobre a esperança sem precisar recorrer ao sonho, porque temos no comando do nosso país e do nosso Estado, militantes da luta contra a ditadura, como a Presidente Dilma Rousseff e o governador Jaques Wagner.

Hoje, estamos celebrando a Anistia e a reconquista da democracia e, sobretudo, o direito a liberdade, o direito de virar a ditadura pelo avesso, como propõe a Comissão Nacional da Verdade.

E a memória da liberdade que estamos reverenciando aqui, o direito inalienável de sermos homens e mulheres livres. Mas aprendemos, e temos o dever de lembrar e repetir, que a democracia é uma luta de todo dia e deve ser praticada a luz do sol, sem sigilos eternos e ocultação da verdade.

É forte a tentação de garantir privilégios, de se colocar acima da lei e da igualdade, de exercer o poder com o dinheiro em uma mão e o chicote na outra.

Seria ingenuo pensar que não vivemos sob a pressão dos ecos da ditadura, expressos no exercício da subserviência, nos grupos que querem se apropriar do que é público, uma espécie de ditadura que é muito mais dissimulada e difícil de derrotar, que



busca confundir medo com respeito, covardia com obediência, ganância com competência, desprezo pela ética com pragmatismo e esperteza política.

Estamos aqui para reverenciar todos aqueles que se levantaram contra a tortura e o assassinato como política de estado, como na ditadura. Na busca pela verdade e fortalecimento da nossa democracia. Estamos também reafirmando o nosso direito de divergir, o direito à rebeldia, ao inconformismo, mesmo que, em alguns momentos, erros possam ser cometidos, porque errar buscando acertar faz parte do exercício e da própria natureza da luta por liberdade e democracia.

O sonho por igualdade e justiça social e o respeito às diferenças, foram esses compromissos e a atitude de indignação e subversão que nos trouxeram até aqui. E em nossa voz, humilde, mas orgulhosa voz, está a voz do povo, a voz das ruas, voz que nunca, nesta Casa e em nossos corações, deixará de ecoar: a voz vitoriosa da liberdade!”

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 05/09/11

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Estava previsto que Pery Falcon e a Profª Tereza Gonçalves fariam seus depoimentos. Se trouxeram algo escrito, a minha sugestão é que encaminhem à Taquigrafia para que sejam considerados como lidos. Se não o fizeram, podem fazê-lo agora e passar para a Taquigrafia.

Por sugestão do secretário Almiro Sena e do deputado Yulo Oiticica, vamos encaminhar à Presidência um pedido para que esta sessão especial seja reproduzida. Ela está sendo transmitida ao vivo e ficará guardada nos Anais desta Casa, tanto a parte da Taquigrafia como a filmagem da *TV Assembleia*.

Então, vamos solicitar à Presidência que seja feito um DVD de toda esta sessão, que é, realmente, uma aula de história, e vamos reproduzir centenas desse DVD a fim de que sejam distribuídos às escolas e a alguns segmentos interessados nesse tema.

(A professora Tereza Gonçalves e Pery Falcon entregam à Mesa seus textos para os Anais da Assembleia Legislativa.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Estou recebendo o material para que seja registrado nos Anais da Casa e seja parte integrante da sessão, e a Taquigrafia vai reproduzir.

O Sr. Yulo Oiticica:- Se o Sr. Presidente me permite a quebra do protocolo, podemos assumir o compromisso de ler esses dois pronunciamentos na tribuna desta Casa na sessão ordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- O deputado Yulo poderá ler um texto e eu lerei o outro, ou o deputado Roberto Carlos. Peço que passem uma cópia para lermos na sessão plenária.

Além de ficar registrado nesta sessão especial e integrar esta sessão especial, ainda vai ficar registrado na sessão ordinária, portanto, sem prejuízo para os que não puderam usar a tribuna.

A Srª Tereza Gonçalves:- *“Assembléia Legislativa, Salvador, 5 de setembro de 2011.*



Para a família de Jorge Leal Gonçalves Pereira, falar sobre ele é confirmar a bondade e retidão de seu coração inteligente e sábio, capaz de aliar racionalidade e sensibilidade, privilégio dos grandes homens bíblicos que escreveram seus nomes na história da salvação do povo de Deus. E Jorge foi um homem de Deus que escutou os clamores do povo brasileiro de quem se sabia irmão.

Bom filho, bom irmão, bom esposo, bom pai.

Excelente profissional. Era engenheiro da emblemática Petrobras, empresa brasileira que canalizava os brios nacionalistas de um país que desejava e deseja ser soberanamente senhor de suas riquezas naturais e senhor de seu destino político, capaz de promover a ascensão social de toda a gente brasileira.

Ele foi sequestrado no dia 20 de outubro de 1970, no Rio de Janeiro. Nós o procuramos a partir da manhã do dia 21, já que sentimos sua ausência na noite do dia 20: já era um costume na família, ver chegar à noitinha, aquele marido e aquele pai que irradiava, sempre, muita alegria, ternura e carinho. Fomos ao Ministério da Guerra, da Marinha, da Aeronáutica; tentamos achá-lo através de recursos judiciais impetrados por advogados... Sempre recebemos a desinformação: que não estava, que estavam procurando, que – quem sabe? - teria fugido, ido atrás de alguma mulher..., que estava no Rio Grande do Sul, que estava em São Paulo, que estava no Paraná, que quem informou, errou o nome...

Ele chegou a ser absolvido em oito de março de 1972! Em seis de dezembro do ano anterior, havia sido preparado um julgamento, que teve que ser adiado por causa de sua ausência!

E a saudade e a esperança se misturavam em nossas vidas

Em 1977, tivemos uma notícia de alguém que, em 1974, morava em Manaus e teria encontrado um homem pobre e muito parecido com ele, dizendo ter fugido de um hospital de presos e que queria voltar para sua terra. Uma nova esperança nos animou e fomos até Manaus onde, por duas semanas, fizemos vários contatos pela busca; fomos também a Belém e a São Luiz. Só que este alguém era ligado a um militar...

Para nosso sofrimento não temos palavras que o descrevam.



Soubemos, por buscas feitas pelos advogados, que, às inquirições dos torturadores, ele só respondia: “não tenho nada a declarar”

Algum tempo depois, soubemos que uma companheira o viu passar em uma maca, com a aparência de morte, e que, logo depois, foi para a cela onde ele estivera e viu, escrito na parede, com sangue: “sei que estou morrendo mas morro feliz porque sei que o pobre sofre mais do que eu e que a luta não morrerá”. Soubemos que outra companheira, de sua cela, ouviu seus lamentos de dor.

Ele estava muito fraco: estava tendo febre diariamente por causa de uma gripe forte e de problemas nos dentes. Nossos pais lhe mandavam dinheiro para o tratamento dentário, mas ele usava este dinheiro para socorrer os mais pobres. Andava com um sapato furado que, na chuva, não o protegia.

Até a comida que existia em sua casa, era dividida com seus filhos, em primeiro lugar, depois sua esposa, depois os filhos dos vizinhos e, se ainda sobrasse, ele comia. Tão fraco fisicamente, mas de tão grande fortaleza de caráter, resistiu para não trair ninguém, nem a luta do povo, mas seu corpo físico não resistiu à morte.

Com a Lei 9.140/95, o Estado brasileiro reconheceu nosso irmão como morto, dentre 136 militantes de esquerda dados como desaparecidos políticos. Deu-nos o atestado de óbito, mas, continua a se calar com respeito à sua sepultura.

O Estado brasileiro não nos deu ainda a possibilidade de dar-lhe uma sepultura digna. Os desaparecidos políticos são uma ferida que não deixa de sangrar.

Desmond Tutu disse: “um ser humano só é um ser humano por meio de outros e, se um deles é humilhado ou diminuído, o outro o será, igualmente”.

A atração que o poder exerce é tão grande que os que o detinham, naquelas eras, deixaram-se levar pela ganância e, como cegos, foram impedidos de enxergar o mal que faziam a uma sociedade que ali estava representada por pessoas que expressavam descontentamento diante de injustas condições causadoras da pobreza, de preconceitos e discriminações, de impedimento de acesso aos bens culturais, de baixa qualidade de vida para a grande maioria do povo brasileiro.



Eram pessoas, como Jorge, que estavam contribuindo, com muita coragem, e desprendimento, para uma vida digna em abundância para todos. Que lutavam por uma causa social e não individual, como os que o sequestraram.

Essa atração e consequente luta pelo poder levaram os sequestradores dos militantes políticos ao cinismo de respostas mentirosas quando buscávamos notícias: não está, estamos procurando, é foragido...

Levaram ao artifício do esconderijo para que nada, nem mesmo a vergonha, os impedisse de manipular pessoas através de atos, os mais indignos, no sentido de transformá-las em instrumento para conseguir seu intento...

Levaram ao absurdo de definir aqueles que não se acovardaram como uns inúteis que deveriam ser eliminados...

E com esse artifício, impediam a obtenção até de um Habeas Corpus, por exemplo, um dispositivo de defesa estabelecido na legislação brasileira.

Chegaram ao absurdo de chamá-los de inimigos da ordem social...

Ter uma sepultura, pelo respeito aos mortos, é um direito reconhecido em todas as culturas, mesmo em tempos de guerra. Em 12 de agosto de 1949, a Convenção de Genebra, assinada inclusive pelo Brasil, em seu artigo 120 determina às autoridades que concedam aos prisioneiros sepultura digna, com o devido registro dos seus túmulos.

Dilza Atta, de Jorge, testemunhou:

“Sua lembrança me traz bem forte a crença no ser humano que pode chegar a tal nível de integridade. Aprendeu cedo a lição do contraste entre o conforto da terra firme e o desequilíbrio e a insegurança das pontes sobre a maré (das palafitas dos Alagados). Deve ter sido esta a sua primeira aprendizagem de injustiça social, contra o que sua vida inteira – tão curta e tão intensa – foi uma luta só.”

Dele disse Haroldo Lima:

“[...] modesto, paciente, muito atencioso para com os companheiros. Dedicou até o fim um amor profundo a sua esposa e seus quatro filhinhos. Nunca esqueceu seus pais, irmãs e muitos amigos que teve. Mas, em nenhum momento, recuou diante do qualquer sacrifício ou renúncia para servir à classe operária e ao povo brasileiro.



Participou ativamente da reorganização da AP, na Bahia, se colocou nas primeiras lutas pela proletarização da AP, compreendeu a força do marxismo –leninismo e aderiu a ele.”

e Solange Silvany Lima:

“Jorge foi sempre um bom cristão na coerência de um amor que se engaja na luta por uma vida digna em abundância para todos, como assim pregou o Mestre Senhor de todos os cristãos, Jesus! Bom amigo, tão amigo que lhes deu a vida e assim morreu feliz...”

Este foi seu testemunho escrito com dedo molhado em sangue que os torturadores assassinos derramaram. “Morro feliz”, proclamou Jorge, em aliança de amor firmada com os excluídos e com seus companheiros de luta pelas liberdades democráticas, destruídas na noite ditatorial existida no Brasil daquelas eras.

Tão grande amor para tão curta vida, diria o poeta. Trinta e dois anos de existência fecunda para todos nós que estamos na trincheira da luta, vigilantes até a vitória final.”

O Sr. Perry Falcon:- “



Date: Fri, 26 Aug 2011

AGRADECIMENTO A TODOS

Car@s companheir@s,

Foi um imenso prazer conhecer todos vocês e reencontrar alguns que eu já conhecia, durante a Semana da Anistia. Quero agradecer a paciência e gentileza de todos para comigo.

Confesso que eu não conhecia este ritual e pensei que apenas era dado ao ex-perseguido um papel escrito e cumprimento de mãos. Mas, quando vi o presidente da Comissão se levantar e escutei "*(...)o povo brasileiro e o Estado Brasileiro pedem perdão ao Sr. pelos sofrimentos a ti inflingidos (...)*"

Senti a alma dilatar. Eu queria sair dali e abraçar o companheiro recém anistiado (e que eu nunca vira em toda minha vida), queria pular, falar, gritar, chorar....Mas, eu só consegui mesmo foi segurar as pernas que, contra a minha vontade, começaram a tremer e tive dificuldades para ficar de pé. Para resumir lembro um trecho da música do Milton Nascimento "eu fiquei assim, parado, sem latim, coisas da vida...."

Foi uma destas coisa da vida inesperadamente lindas. Não consigo descrever precisamente o que senti. Falta latim. Sei que naquela quarta feira, 24 de agosto, pude viver, pelo menos um dia,



no meu mundo ideal: com liberdade, paz, amor, solidariedade e muita, muita dignidade.

Me impressionou demais os olhares do ex-perseguidos. Eram olhares brilhantes, cheios de vitalidade, que me passaram tanta força que eu agora tenho mais coragem para aprofundar pesquisa em temas muito doídos. Também vi muita gentileza. Eu vi em gestos simples, por exemplo, quando a Elisa levou água para a companheira Cecília. A Elisa acompanhou toda a ação com um sorriso doce, tão delicado como as cerejeiras em flor, lá do Japão...

Não resisti e fui dar um abraço no companheiro Jaime Santiago/ Luis Ribeiro /espanhol-brasileiro. Sim, pois hoje você demonstrar carinho é sinal de fraqueza ou de preocupação pois na minha geração demonstrações de carinho são entendidas como uma maneira de se conseguir algo. E ri muito do Jaime quando contou que marcou um ponto (ele já bem procurado pelos "meganhas") e foi encontrar o companheiro com calças mostarda e camiseta vermelha! E ele tão gentil me ajudava com mochila, explicava para minha colega o que era uma OPP e ele, romântico, lembrava da amada com olhos marejados...

Enfim foi um dia repleto de emoções e aprendizado. Fui dormir e minha última imagem era a do presidente Paulo Abrão dizendo "(...) o povo brasileiro e o Estado pedem perdão..." Acordei, abri os olhos e vi o teto branco que, num passe de mágica se transformou numa tela de cinema. Revi a cena "(...)o povo brasileiro e o Estado pedem perdão".... Quis ir correndo para o MJ. Continuei feliz. E me lembrei disso no decorrer do dia.



Já telefonei para amigos e familiares para contar a experiência. Queria mesmo era ter o telefone do Chico Buarque e falar com ele "Oi, Chico tudo bem? Pois é. Lembra que você cantou 'Amanhã vai ser outro dia'? Então eu vivi este dia também! Eu vi! Eu senti! Foi lindo! Foi redentor..." e o Chico ria muito e dizia 'que bom!' E sairia correndo, pegaria o violão e comporia outra bela canção..."

Sei que que o Brasil não está como gostaríamos. Sei que ainda há muito o ser feito, mas em apenas um dia eu consegui acumular entendimentos, coragem, persistência, resistência e tantas outras coisas que acredito, vou precisar, pois minha pesquisa sobre a justiça de transição e a comissão da verdade estão apenas começando.

Também vou estocar lenços de papel porque o que a gente chora nestes eventos é impressionante.....

Meus sinceros e carinhosos agradecimentos a todos os ex-perseguidos, conselheiros e presidente da comissão de anistia que me trataram tão bem, com profundo respeito e amizade - sim já me sinto "da galera"!

Em especial agradeço ao meu querido Maurice Politi, que foi o primeiro a me incentivar, me deu os primeiros livros e indicações de leitura, afirmou que a Comissão da Verdade era um bom tema para mestrado (e eu nem tinha passado na seleção ainda. Era só um projeto e, como se não bastasse, ainda me deu apoio psicológico, mesmo cheio de trabalho, porque eu não estava conseguindo ler



"Luta, substantivo Feminino". Travei. Mas, depois segui adiante. Foi ele ainda que me convidou para a Semana da Anistia, dia em que eu, mesmo com o pé machucado, fiquei caminhando a alguns centímetros do chão! Coisas da vida....

Beijo a todos!

Analú Fernandes

P.S.: não pequei o e-mail da Elisa. Se alguém puder repassar meus agradecimentos a ela ficarei muito grata



Pery Falcon

CVM

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

CNPJ 10.806.922/001-44 cymbahia@gmail.com

www.centrovictormeyer.org.br

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EVENTOS COMEMORATIVOS “50 ANOS DA ORM – PO”

BRASÍLIA – 24.08.2011

Programação

- ATIVIDADES DA COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - 24/08/2011
11 horas - evento comemorativo dos 10 anos da Comissão de Anistia
14 horas - julgamento dos processos dos militantes da POLOP vítimas da ditadura
Salão Negro do Ministério da Justiça.
- ATO COMEMORATIVO DOS 50 ANOS DA FUNDAÇÃO DA ORM - PO (POLOP)
18h30 às 20h30
Auditório do Ministério da Justiça - Brasília - DF
Confraternização entre ex-militantes, simpatizantes e estudiosos da memória da esquerda revolucionária
Exposição de livros editados pelo Centro de Estudos Victor Meyer
Lançamento do livro *Conquistas e impasses do socialismo: seleção de textos na tradição da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária*. Organização de Eduardo Stotz e Samuel Warth. Edição do Centro de Estudos Victor Meyer.

1. Comemoração dos 10 Anos da Comissão de Anistia

A abertura do evento teve como mesa o Presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abraão, o atual Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso e os três ministros anteriores, a Deputada Federal Manuela (Pres. da Comissão de Direitos Humanos), o representante da Ministra de Direitos Humanos, entre outros.

Foi inicialmente projetado um vídeo com as principais realizações da Comissão de Anistia.

No final do evento foram homenageados, em nome dos anistiados, os ex-militantes da Polop Nilmário Miranda e Carlos Tiburcio, que usaram da palavra.



CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

CNPJ 10.806.922/001-44 cymbahia@gmail.com

www.centrovictormeyer.org.br

2. Julgamento dos processos dos militantes da POLOP

O julgamento teve início às 13 horas e terminou às 19:30 julgando todos os processos. (vide lista em anexo).

Na abertura dos trabalhos, foi projetado um vídeo preparado pela Comissão de Anistia, alusivo á história da Polop.

Todos os/as requerentes tiveram direito ao uso da palavra para falar sobre sua militância, esclarecer partes do processos e/ou corrigir interpretações dos relatores.

3. Ato comemorativo dos 50 anos da POLOP

Estiveram presentes cerca de 40 pessoas, ex-militantes, o Dep. Fed. Emiliano José (PT – BA), Paul Singer , um dos fundadores da Polop e atual Secretário de Economia Solidária, Adriana Miranda e Jorge Medeiros (Professores da UFG), Getúlio Guedes (Sind. dos Metalúrgico de S. J. dos Campos) e Stanley Bruna (AARMA), Lia Midori Meyer Nascimento, Paulo Augusto e Victor, respectivamente filha e sobrinhos de Victor Meyer.

A mesa foi composta por Pery Falcón, Eliza Tieko e Paul Singer, que usaram da palavra situando a importância da Polop na historia das lutas de classes no Brasil e a continuidade dos desafios enfrentados pela esquerda revolucionária apesar das condições atuais diferentes.

Pery explicitou o objetivo do Centro de Estudos Victor Meyer no resgate das experiências da Organização, da sua divulgação e da necessidade de inserção na realidade atual. Deixou claro que o Centro não tem como objetivo a reorganização da Polop mas o de ajudar na criação de condições para que as novas gerações possam desempenhar suas atividades com capacidade de responder aos desafios atuais.

Eliza explanou sobre a importância do CVM para o resgate da memória da POLOP, ao sistematizar e editar os seus escritos.

Paul Singer relatou a sua participação na fundação da Polop e as atividades iniciais da Organização.

4. Exposição dos livros publicados pelo CVM

Durante os eventos da tarde e da noite ficaram expostos à venda as publicações do

Rua Aristides Novis, 101, Federação CEP 40.210-630 Salvador – Bahia – Brasil



CVM CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

CNPJ 10.806.922/001-44 cymbahia@gmail.com
www.centrovictormeyer.org.br

CVM e foi distribuído o folder do CVM entre os presentes. O Dep. Emiliano José também colocou em exposição alguns dos livros de sua autoria.

5. Participantes

Estiveram presentes nos atos os seguintes companheiros:

Carlos Tibúrcio – Brasília
Claudio Scliar - Brasília
Elder Pacheco - Brasília
Geraldo Magela – Brasília
José Guerra – Brasília (à tarde)
José Moura – Brasília – Brasília (manhã e parte da tarde)
Marcelo Oliveira – Brasília
Cecília Garçonni – São Paulo
Eloi Pietá – São Paulo (parte da tarde)
Moacir Barbosa – São Paulo
Jaime Santiago – Rio de Janeiro
Maria Cristina – Minas Gerais
Nilmarino Miranda – Minas Gerais
Eliza Tieko - Bahia
Ivan Braga – Bahia
Jairo Cedraz – Bahia
Orlando Miranda – Bahia
Olivia Braga – Bahia
Pery Falcón – Bahia
Tânia Miranda - Bahia

6. Confraternização

À noite, após o evento no Ministério da Justiça, os participantes se reuniram no Restaurante Armazém do Ferreira, em animada confraternização que contou com uma rápida presença do presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abraão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

CVM

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

CNPJ 10.806.922/001-44 cymbahia@gmail.com

www.centrovictormeyer.org.br



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Comissão de Anistia

Pauta da 7ª Sessão a ser realizada dia 24.08.2011
Salão Negro - Ed Sede, às 13 horas
Turma Especial

Nº	Requerimento	Tipo	Nome	Relator	Observação	Idade
1.	2002.01.11853	A	MARIA CRISTINA RODRIGUES	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	NUMERAÇÃO	66
2.	2003.01.21838	A	LEOPOLDO NOSEK	Conselheira Marina da Silva Steinbruch	NUMERAÇÃO	
3.	2003.02.24484	A	JOSÉ ANTONIO DE CARVALHO GERHEIM	Conselheira Eneá de Stutz e Almeida Vistas Márcia Elayne Berbich Moraes	NUMERAÇÃO	70
4.	2006.01.52578	A	PAULO CÉSAR AZEVEDO RIBEIRO	Conselheiro Virgínius José Lianza da Franca	NUMERAÇÃO	62
5.	2006.01.53903	A R	ALBERTO AUGUSTO JUNIOR	Conselheiro Mário Miranda de Albuquerque	NUMERAÇÃO	66
6.	2006.01.55543	A R	JOSÉ FLÁVIO RODRIGUES PEREIRA MARIA CRISTINA RODRIGUES	Conselheiro Rodrigo Gonçalves dos Santos	IDADE	66
7.	2006.01.55690	A	JAIME LEIS SANTIAGO	Conselheiro Juvelino José Strozake	IDADE	63
8.	2007.01.56471	A	ELIZA TIEKO YONEZO	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes	IDADE	63
9.	2007.01.57249	A	SILVIO JABLONSKI	Conselheiro Márcio Gontijo	IDADE	63
10.	2008.01.60844	A R	MAURÍCIO FRAJMAN	Conselheira Ana Maria de Oliveira	IDADE	61
11.	2008.01.61147	A R	PAULO CESAR MORETTI GABRIEL	Conselheira Maria Emilia Guerra Ferreira	IDADE	62
12.	2008.01.62663	A R	VICTOR AUGUSTO MEYERNASCIMENTO ELIZA TIEKO YONEZO	Conselheira Márcia Elayne Berbich Moraes	IDADE	62
13.	2008.01.63072	A	REINOLDO DA SILVA ATEM	Conselheira Rita Maria de Miranda Sipahi	IDADE	61
14.	2009.01.63822	A	ADERBAL CAETANO DE BURGOS	Conselheiro Egmar José de Oliveira	IDADE	67
15.	2010.01.66269	A	NILTON DE ALMEIDA ROCHA	Conselheira Vanda Davi Fernandes de Oliveira	IDADE	67
16.	2010.01.67824		JURANDIR RIOS GARÇONI CECÍLIA DE CRISTO GARÇONI	Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso	IDADE	69
17.	2010.01.67844		CECÍLIA DE CRISTO GARÇONI	Conselheiro Henrique de Almeida Cardoso	IDADE	63

Legenda:

A - Anistiando

R - Requerente

Paulo Abrão Pires Junior
Presidente

Rua Aristides Novis, 101, Federação CEP 40.210-630 Salvador – Bahia – Brasil



Cartão DF - frente

POLOP
50 ANOS
Uma trajetória de luta
pela organização independente
da classe operária no Brasil

Resgate da Memória

**Ato comemorativo dos 50 anos da fundação da
Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop)**
Dia 24 de agosto de 2011 (quarta-feira) - 18h30 às 20h30
Auditório do Ministério da Justiça - Brasília - DF

Contratização entre ex-militantes, simpatizantes e estudiosos da memória
da esquerda revolucionária

Exposição de livros editados pelo Centro de Estudos Victor Meyer
da esquerda revolucionária

Lançamento do livro *Conquistas e impasses do socialismo: seleção de textos na tradição
da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária*. Organização de
Eduardo Stolz e Samuel Warth. Edição do Centro de Estudos Victor Meyer.

Apoio: Comissão de Anistia

ATIVIDADES DA COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - 24/08/2011

11 horas - evento comemorativo dos 10 anos da Comissão de Anistia
14 horas - julgamento dos processos dos militantes da POLOP vítimas da ditadura

Local: Salão Negro do Ministério da Justiça

Informações:
Marcilio Oliveira - Tel. 61-8519.2799
Elder Pacheco: 61-8292.2401 / 61-8171.5089

**POR UM
BRASIL
SOCIALISTA**

www.centrovictormeyer.org.br

Cartão DF - verso

A LUTA POR UMA POLÍTICA OPERÁRIA NO BRASIL

Esse é um evento comemorativo dos 50 anos da fundação da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, mais conhecida como Polop. Remanescentes promovem o resgate da memória da Organização, fundada em 1961 e cuja influência na esquerda foi marcante. A Polop catalisou as lutas internas do PCB após o golpe militar de 1964, por meio da crítica ao reformismo e à política de colapso de classes.

Os agrupamentos políticos de esquerda que surgiram durante a ditadura mantiveram algum tipo de ligação ou mesmo foram diretamente originados das fileiras da Polop, cuja propaganda política atuou como polo irradiador de alternativas revolucionárias. Durante a fase ascendente, até 1968, teve em seus quadros um número expressivo de intelectuais, alguns dos quais fariam compor o núcleo do futuro Partido dos Trabalhadores.

A consolidação da ditadura e a depressão do movimento operário, aliadas à onda voluntarista que prevaleceu na esquerda, selaram o destino da Polop. As prisões e o exílio desintegraram o seu núcleo dirigente. Com a anistia, tentou-se a reorganização - projeto inviabilizado devido ao número reduzido de militantes e ao seu isolamento do centro dinâmico das lutas sociais. A conjuntura era então marcada pela retomada das greves operárias, pela gestão do CITT e pelo surgimento do PT. Reconhecendo a importância política própria do PT naquele momento, embora sem deixar de entender os seus limites, a Polop aderiu ao novo Partido, dispersando-se no seu interior.

A memória das marcas deixadas pela Polop nas lutas sociais do país não desapareceu pela ação do tempo ou pela ação de predadores da história. É verdade que já se chegou a decretar a morte do proletariado, o fim das utopias e tentou-se criar um índice de temas excluídos do campo das discussões. Contudo, as realizações do passado resistem em sua integridade de fatos consumados, retem suas próprias luzes. Um olhar sobre uma vertente da esquerda revolucionária dos anos de 1960 e 1970, uma volta ao suposto tempo perdido é o que se propõem remanescentes da antiga esquerda revolucionária, ao recolocar a história da Polop no cenário político.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Por uma questão regimental, o tempo não permite que façamos todos os agradecimentos.

Eu declaro encerrada a presente sessão e agradeço, pelas presenças, a todos que estiveram nesta histórica sessão especial.